

NOS TEMPOS DA DITADURA

Até a edição do Ato Institucional número cinco, os jornalistas políticos iam escrevendo, pelo menos nos jornais do tipo estândar de Porto Alegre, num dos quais eu trabalhava, o que lhes passava pela cabeça, na sua observação do quotidiano, talvez com a autocensura da preservação do emprego. Era um não cutucar a onça com vara curta.

Vou registrar neste capítulo, **Nos Tempos da Ditadura**, algumas das crônicas que escrevi no *Diário de Notícias*, procurando retratar as atividades semanais, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. A mão pesada dos militares havia ceifado, ali, um bom número de parlamentares, já no alvorecer do regime de exceção, após 1964. Outras cassações viriam no ápice da ditadura, quando o AI-5 deu um safanão nos Legislativos, ameaçando-os todos de serem postos em recesso e cassando mandatos a granel.

A Semana Parlamentar

PRESTIGIAR E NÃO ESVAZIAR O PLENÁRIO

No início da presente semana, a Bancada da Aliança Renovadora Nacional, na Assembléia Legislativa, por seu líder deputado Getúlio Marcantonio, dizia de seu intento em formalizar o que, até então tinha sido um movimento dos jornalistas que fazem a cobertura parlamentar no Palácio Farroupilha: em primeiro lugar, resguardar o Poder, como tal. de mais críticas, ante a falta de significado dos longos debates de fins de sessão, os quais, de tão fastidiosos, sequer têm interessado aos órgãos de divulgação — sempre tão pródigos com relação à nossa Assembléia, fato que, como os deputados sabem, não ocorre em outros Estados. E. em segundo lugar, prestigiar as Comissões Especiais, cuja importância tem sido sobejamento reconhecida.

Desejavam os jornalistas e aceitou a ARENA, evitar o espetáculo já tantas vêzes descrito: um deputado na tribuna; um na presidência e, num plenário que pode comportar cêrca de uma centera de parlamentares, um terceiro ouvindo; quase sempre por obrigação. prestes a replicar.

Concomitantemente, as Comissões Especiais continuam, para reunirem-se, encontrando dificuldade na localização de deputados, que pela amplitude do nôvo prédio do Legislativo, quer, e principalmente, por não disporem de um horário certo em datas previstas, para suas reuniões.

Ligados ao Poder Legislativo, principalmente por fazer a cobertura parlamentar — nosso interêsse é de colaborar como o fazem os deputados, quer no plenário, quer nas Comissões.

Assim que com satisfação, recolhemos, reconfortados, expressões de compreensão, como foi a nota da ARENA, que esperamos, venha a ser compreendida pela maioria do MDB.

Doutra parte, em declarações à imprensa no decorrer desta semara, o lider do MDB, deputado Pedro Simon, dizia-se contrário à medida, por entender que significaria "um esvaziamento do p'enário". Ora, como se pode esvaziar um plenário que comporta 55 deputados se nêle encontram-se três ou quatro?

Aplaudimos, pois, como altamente positiva a posição assumida pela Bancada da ARENA, eis que terdente a prestigiar mais, quer o próprio plenário, dando-lhe a dignidade que deve ter, quer as Comissões Especiais, órgãos que, dia a dia, crescem em importância e significado.

Acreditamos, porém, e também o sr. líder do MDB, que aquele seja seu ponto de vista e não de tôda a Barcada que, justiça se faça, soube, desde cedo, compreender o significado das Comissões Especiais, dentro da nova sistemática do Poder Legislativo, órgão que perdeu um pouco do caráter normativo; mas que, cada vêz mais, torna-se um vigilante atento aos problemas que preocupam nosso Estado, em particular e o País, no geral com seus estudos, sempre meticulosos e sugestões, adequadas.

Comissões vão ao interior

Dois órgãos da Assembléia e um terceiro que assume as características de tal,
encontram-se funcionando fora do Palácio Farroupilha, longe de seu plenário,
buscando solução para importantes problemas, quer da economia rio-grandense,
quer do funcionamento da Casa do Povo.
Trata-se das comissões especiais sôbre:
Lagoa Mirim e Pôrto Franco. O terceiro é
a representação pessoal do sr. Valdir Lopes, junto ao Conselho da União Parlamentar Interestadual.

Os deputados gaúchos, com suas Comissões, ao invés de causar transtornos, procurando trazer do Interior para a Capital os problemas que afligem nosso Rio Grande, arrumam suas malas e, bem assessorados, procuram "in loco" respostas para as questões a que se propõem.

Muito se tem falado a respeito do problema da salinização das águas da Lagoa Mirim. Sabe-se quão fundamental para a economia gaúcha é a produção de arroz e, dentro do quadro arrozeiro, encontramos a Zona Sul como uma das mais importantes produtoras daquele cereal. Justo, portanto, se nos parece, que as preocupações dos orizicultores daquela zona se transformem, também, na dos deputados.

Assim, a Comissão Especial criada no ano passado, pelo então deputado Osvaldo Barlém, para estudar a problemática da importante Lagoa — responsável pelo abastecimento de consideráveis culturas de uma vasta zona, que de tão magna interessou dois governos, o brasileiro e o uruguaio, os quais, unindo esforços, formaram uma Comissão Mista, com apoio da ONU — deixou de lado o aspecto global para que foi criada detendo-se, no momento, especialmente, na ameaça à lavoura orizícola.

Os deputados já estiveram, até hoje, em cinco municípios produtores de arroz, mantendo contato com as autoridades municípais e plantadores. Recolhem, em farto material taquigrafado, importantes subsidios. Mas — e aí, nos parece, os aspecto mais importante dessas Comissões — tudo não ficará no papel. As sugestões foram nascendo ao longo dos debates e, amanhã, quando o govêrno federal, estadual ou os próprios plantadores, tomarem uma iniciativa em concreto, um crédito deve ser lançado à conta da Assembléia Legislativa, que promoveu o problema, transformando-o de aspiração de grupo, em questão, como de fato o era, de interêsse econômico fundamental.

A outra Comissão, a do Pôrto Franco, pelo que observamos, partiu para uma solução que parecia ser interessante à comunidade rio-grandina. Levantou o problema e, face aos estudos preliminares e à evidência dos fatos, deixou de considerá-lo como tal, para buscar uma solução global, coerente com a atual política do govêrno federal, à qual, sob pena de perda de precioso tempo, teria de dirigir-se. Agindo como a outra Comissão, também abandonou o confórto do Farroupilha e foi sentir o frio de Rio Grande, mas, do calor de sua gente, reunir conselhos e observações.

Por fim, o terceiro órgão, o Presidencial, já foi objeto de nosso comentário anterior, quando o consideramos como a participação dos parlamentos na integração nacional, ao buscar uma unidade de agir e pensar.

Assim tem sido o trabalho das Comissões Especiais, que escrevem uma nova e dinâmica página na história parlamentar gaúcha.

José Luis P. da Costa

15/9/68

vitórias eleitorais

Destaque em plenário, no Legislativo, durante a semana que se encerrou, foi o debate sóbre as eleições municipais. As duas agremiações políticas, ARENA e MDB, proclamavam a sua vitória; uma

pelo número de votos e a outra pelo índi-

ce de representantes que elegeu. De fato, a eleição estêve num equilí-brio de fôrças notável, que revelou, acima de tudo, como disse um deputado, o interêsse maior do povo em participar, cada vez mais, do momento político.

O Movimento Democrático Brasileiro, com os resultados, adquiriu um troféu ex-pressavo, o da vitória nas grandes cidades, onde, incontestavelmente, o índice de politização e, consequentemente, de voto consciente, é muito maior. E, por dedução mais ou menos lógica, somente não dilatou a diferença eleitoral, eis que em cidades grandes como Uruguaiana, Livramento. Rio Grande, São Borja, Quarai, Bagé e outras, não se efetivaram eleições para

prefeito e vice. A Aliança Renovadora Nacional, pela ação do Govêrno, recebeu um crédito expressivo: a ordem e legitimidade do processo eleitoral, ensejando que o dia 15 de novembro fôsse uma magnifica festa civica, tendo a emoldurá-la o Dia da Proclamação da República.

POR OUTRO LADO, têrça-feira devera chegar a Pôrto Alegre o deputado Victorino James, presidente da União Parlamentar Interestadual.

Atendendo convocação do deputado Valdir Lopes, virá ao Estado a fim de acertar, em definitivo, o encontro de todos os presidentes de Legislativos, para ainda êste mês, na Guanabara.

A reunião que, é certo, ainda tem condições para se efetivar, eis que os motivos que tederminaram o chamamento do titular do Legislativo gaúcho ainda persistem — há de revresentar o testemunho há de representar o testemunho de que 22 Assembléias, representadas por seus presidentes, através de seu órgão máximo, a UPI, estão seriamente preocupa-das em prestigiar o processo democrático, contrárias, portanto, a quaisquer tentativas tendentes a fazer morrer o regime democrático.

POR ÚLTIMO, segundo decisão da Mesa da Assembléia Legislativa, recente-Mesa da Assembleia Legislativa, recente-mente tornada pública, importante órgão de pesquisa do nosso Estado, além da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Ja-neiro, irá cooperar com o Legislativo, vi-sando um perfeito adequamento a uma nova estrutura de funcionalidade, dentro de sua majestosa sede, o Palácio Farrou-nilha pilha.

Assim, o Centro de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia da UFRGS, estará dando assistência aos órgãos que compõem o Legislativo, num vínculo que será mais intimo com o Ga-binete de Assessoramento Superior (GAS), órgão que foi criado com a reforma administrativa recentemente implantada Assembléia.

Preocupam-se os deputados, por seu órgão máximo, que é a Mesa diretora, em não sòmente aprimorar o trabalho parlamentar, com o auxílio de técnicos alta-mente especializados, como também prestigiar um órgão como é o IPEFE, que tem dado provas de sua profícua e valiosa colaboração no processo de pesquisa e conhecimento dos problemas do Estado.

Já em dezembro próximo vindouro um dos principais técnicos da Fundação Ge-túlio Vargas, professor Lordello de Mello, atendendo convite do deputado Valdir Lopes, estará visitando a Assembléia, toman-do contato com sua rotina administrativa e parlamentar, ganhando, assim, condi-ções para que a renomada instituição de pesquisa e administração proceda uma a nálise e ofereça sugestões para um mais harmonioso trabalho das diversas diretorias, sessões e serviços que funcionam no Farroupilha.

Há, inegàvelmente, um firme propória, niegavennene, um firme propo-sito, nessa administração, de assinalar no-vos caminhos para o funcionamento do Legislativo, adequando-o, plenamente, às suas instalações materiais.

José Luiz P. da Costa

Em 24/x1/68

Extremo-Sul reafirma

Dois fatos merecem ser assinalados na semana que se encerrou. O primeiro foi a eleição do deputado Flávio Ramos, para seniana que se encerrou. O primeiro foi a eleição do deputado Flávio Ramos, para 1.0 vice-presidente da Assembléia Legislativa. O segundo, a efetivação, em Florianópolis, ao invés de Brasília, de uma reunião dos coordenadores regionais da Comissão Interparlamentar do Extremo Sul Sul.

A indicação do deritado Flávio Ramos e subsequente escolha não surpreendeu ninguém, eis que a bancada do MDB é majoritária no Legislativo gaúcho. Ressaimajoritaria no Legislativo gaticho. Ressattou, mobstante, o alto grau de politizacão dos parlamentares riograndenses. Queremos enfocar, com destaque, as gestõe, que, nos bastidores, foram realizadas pelas lidernças da ARENA e MDB, eis que, em mais de uma oportunidade, a eleição foi adiada rara que a majoria emedebista fôsse mantida No dia da eleicão formas carão, encontrar um quorum bastante sintomático do que ev denciamos: 21 a 20. Merese destaque, ainda, nessa eleição, a pessoa destaque, ainda desta Registra de lider estudantil advogado militante, delegado do desta encontrar a política que desta de lider estudantil advogado militante, delegado do desta encontrar a política que desta de la constantil advogado militante, delegado do desta encontrar a política que desta de la constantil advogado militante, delegado do desta encontrar en política que desta de la constantil advogado militante, delegado do del constantil advogado militante, delegado do del constantil udanti advogado militante, delegado do e-m21, encontrou na política sua destinação. Nela, com intelivência e habilidade, vem marcando sua trajetória, que já valeu, inclusive, um Prêmio Springer de Educação — como um dos jovens e valcrosos políticos gaúchos. Flávio Ramos, ora vice-presidente, certamente, pelo esfôroo, que tem sido uma constante em sua vida, ralgará outros e importantes postos com que tem sido uma constante em sua vida, galgará outros e importantes postos com a grande virtude de continuar, sempre, o atento e atencioso parlamentar. De parabens, oois, o Legislativo gaúcho pela escolha que fês.

O segundo é a reunião de Florianopolis, da Comissão Interparlementar do Extremo Sul — CIEPES, a qual assistimos. Muito proveitos as maidas que serão efetivadas, quando da estada do Presidente da

República no Rio Grande, êste mês: ampliação dos incentivos fiscais para o ensino, com base em estudo do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e, ainda, facilidades para execução da política de reflorestamento que tem encontrado, no IBDF, sério entrave para sua dinamização. O encontro de Florianópolis, como já ficara evidenciado em outras oportunidades, serviu para deixar bem ciaro que a CIEPES, órgão criado para uma eventar adade, poderá assumir um caráter permanente, atuando sempre que se fizer necessária uma ação conjunta, visando aos interêsses dos três Estados do Sul.

Os deputados gaúchos, paranaenses, e catarinenses, em verdade, compareceram a Florianópolis para enfrentar um fato añovo, que modificará, inclusive, um encontro que terjam em Brasília para gestionar, junto às autoridades federais, uma solução

vo, que modificara, inclusive, um encontro que terjam em Brasília para gestionar, junto às autoridades federais, uma solução para o documento que, em abril dêste ano entregaram ao Presidente Costa e Silva.

Entretanto, ao invés de partir para um ataque ao que poderia significar um abalo as suas reivindicações — documento de Brasília, assinado por representações de oito Estados — simplesmente o ienode oito Estados — simplesmente o igno-raram e partiram para imprimir novos rumos ac orgão dinamizando-o, inclusive em têrmos de divulgação de suas ativida-des, em todos os municípios dos três Es-

Correto, nos parece, o caminho traça-do para a CIEPES. Representando, ofi-cialmente êsses Estados, inclúsive com apoio dos três Governadores, deve a Comissão Interparlamentar erguer a sua voz, que vale por mais de 12 milhõesde habitantes, para clama- às autoridades rais o que consideram como necessário a ima política de desenvolvimento harmônico, equitativo e justo para os Estados que compos a Federação.

Os deputados e a eleição americana

Os deputados que compõem a Assembléia Legis lativa do Estado receberam, no decorrer da semana passada, um convite inédito e, fundamentalmente, original: o Cônsul dos Estados Unidos da América, sr. Ashley Hewitt, mandou preparar um coquetel para o dia 5 de novembro, com início às 22 horas, oportunidade em que, em meio a uisques e canapés, participarão do desenrolar da apuração das eleições presidenciais norte- americanas, cujos dados estarão vindo de Washington, através da Embaixada no Rio de Janeiro, por telex, para Pôrto Alegre.

Em nada descabida a iniciativa do representan te americano, ao pretender que os parlamentares, bem como outras personalidades gaúchas, juntamente com éle, acompanhem, passo-a-passo, a escôlha que os cidadãos americanos farão entre Humphrey, Nixon e Wallace. E não o é por que a dimensão dos interêsses políticos há muito deixou de cingir-se a uma Nação isolada, seja ela grande ou pequena, tornando-se objeto de atenções mundiais.

Um golpe-de-estado aqui na América Latina, que em dias de ontem sumir-se-ia nos limites da República atingida, hoje é questão que interessa a muitos, uma vez que na balança de dois pratos onde se posta a humanidade, o fato pode alterar o equilíbrio.

Assim, a escôlha do Presidente da maior Nação ocidental e detentora da mais fabulosa economia que a humanidade já conheceu, há de interessar não sòmente aos quase 200 milhões de estadunidenses, para ser uma questão muito importante para russos, chineses, franceses, latino-americanos, africanos, asiáticos; em suma, para todos os do mundo.

Com isso, o Cônsul dos Estados Unidos, homem que sabe muito bem da importância do relacionamento humano, dá uma demostração de que sua Nação está muito interessada em que o mundo inteiro participe, ainda que sem direito a voto, do fantásti co processo eleitoral americano. Aliás, ao escrever uma série de artigos na imprensa local a respeito das eleições nos Estados Unidos, o sr. Hewitt dava o primeiro passo para a consecução dêsse desiderato.

Os deputados, sensíveis por sua condição de políticos aos acontecimento que se desencadeam na vasta planície onde se espraia a humanidade, têm de monstrado, por pronunciamentos na tribuna ou fora dela, essa tendência universal de participar de problemas que ocorrem nos mais distantes recantos da terra, eis que, em verdade, deles não estão assim tão afastados.

Em assim sendo, o estado de saúde do premier Salazar; o pensamento do presidente De Gaulle; uma denúncia de Kossygin; a angústia de Dubcek; a resistência Ho Chi Minn — são temas palpitantes e integram o quotidiano nos quadrantes da terra, face a rapidez dos meios de comunicação de nossos tempos. Transcendem, portanto, à área dos problemas nacionais.

Muito inteligente e feliz, se nos parece, a iniciativa do Cônsul americano, levando os parlamentares a ter contato com o processo de apuração das eleições em seu país, ensejando que os deputados, como de resto todos os americanos e homens do mundo, saibam, na hora, quem foi o escolhido: Hubert Humphrey ou Richard Nixon. E, desde êsse instante, face aos dados exuberantes fornecidos pela imprensa, poderão emitir seu prognóstico a respeito dos mais palpitantes temas da atualidade e que têm condições de ser olucionados, dependendo, apenas, do encaminha mento que o eleito venha a dar. E, como é óbvio, nesse rol estamos, os latino-americanos.

Regimento uno para Assembléias

Encontra-se reunido na Guanabara o Conselho da União Pariamentar Interestadual, integrado por um representante de cada Asesmbléia Legislativa do Brasil. O Parlamento gaúcho está representado pelo deputado Valdir Lopes.

A UPI é um desses órgãos que tipificam bem uma situação: a aproximação dos diversos Estados da União, face à melhora sensivel dos meios de comunicação em geral, que criou a necessidade de os parlamentos estarem uns mais próximos dos outros, realizando um intercâmbio que necessariamente, resultaria em aprimoramento de seu funcionamento. País continental como o nosso, enseja que, do Rio Grande do Sul ao Paraná, apenas, encontrem-se diferenças marcantes no comportamento de suas sociedade e, consequentemente, nos homens que as compoem. Os deputados, representantes que são do todo social, ao dispor sôbre o funcionamento de suas casas legislativas, o fizeram calcados em têrmos regionais, ignorando - pela dificuldade comunicacional de então — os vizinhos de outros Estados.

Em viagens que temos feito pelo País, conhecendo os legislativos estaduais, sentimos quão diferentes são, em comportamento, uns e outros. E a diferença reside nos regimentos internos. Mas se para nós tais contatos têm servido de subsídio à nossa vivência de observador parlamentar, para os deputados, o objetivo é bem maior: num futuro muito próximo, uma perfeita sintonia entre os parlamentos do Brasil será realidade e, o Congresso Nacional,

de uma casa de muitos desconhecidos, tornar-se-á um verdadeiro Parlamento Nacional.

Os deputados estaduais que, naturalmente estarão, amanhã, ou na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal — face às reuniões da UPI, ora num ora routro Estado — ensejarão aquela sintonia. Hoje já se podem encontrar, não por mero acidente, mas como efeito do trabalho daquêle órgão, deputados que são amigos e que podem utar por ideais comuns, embora um vivendo em Santa Catarina e o outro no Amazonas.

Por isto, os deputados estaduais chegaram à conclusão de que a confecção de um regimento interno, em muitos aspectos uniforme, seria um caminho inteligente para êsse magnifico trabalho de integração nacional, através dos parlamentos.

Assim, marcaram o presente ercontro na Guanabara, que culminará com uma reunião plenária, em Petrópolis, Estado do Rio, de onde sairão as normas que subsidiarão as Assembléias Estaduais na efetivação dessa meta.

A experiência não é nova e teve a antecedê-la uma outra amplamente vitoriosa: quando da adaptação das constituições estaduais à Constituição Federal, a UPI reunida, também na Gualabara — representou o Rio Grande do Sul, o deputado Carlos Santos — fixou uma série de normas que hoje podem ser encontradas em praticamente tôdas as constituições estaduais brasileiras.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - RGS DIÁRIO DE NOTICIAS

27 OUT 1968

A SEMANA PARLAMENTAR

Nôvo quadro da Assembléia

A semana parlamentar que se encerrou teve a marcá-la a aprovação, em duas votações do Quadro de Funcionários da Assemb'éia Legis'ativa do Estado.

Gerador de inquietação interna e, mesmo, de angústia, principalmente entre uma considerável parcel de servidores originários do Poder Executivo, o Quadro, ao ser aprovado. fêz com que fôssem sentidos, no enorme prédio do Legislativo, um alimo e uma nova perspectiva de produtiv dade.

Sucede que, vindos por empréstimos do Executivo para a Assembléia quase todos com um periodo de cessão igual a um ano, viam surgir muito próximo o momento em que, embora amparados por uma Resolução da Assembléia, de dezembro de 1967, teriam de retornar às suas repartições de origem e ver perdida a oportunidade de permanecer na Assembléia Legislativa, que em matéria de pessoal, é mais tentadora do que o Executivo, face, principalmente, ter um Quadro com cêrca de 400 serv.dores significando acessos e promoções mais rápidas e fáceis, pois compõem o Quadro do Executivo vários milhares de servidores, numa estrutura gigantesca onde as aspirações somem-se no emaranhado de uma disputa árdus.

Antes de dezembro do ano passado, os adidos à Assembléia começaram a sonhar com a fuga do Executivo e o ingresso no Legislativo. A expectativa fo num crescendo e conso idou-se, em 20 de cezembro, quando foi aprovada uma Resolução que determinava desde que requerido, o aproveitamento no Legislativo Imediatamente todos requereram, com exceção de um servidor do Tribunal de Contas, pertencente, também, a um Quadro tão pequeno quanto o la Assembléir, o que confirma nossa assertiva anterior. Mas o fato de requerer o aproveitamento não significava o ingresso no Quadro desejado. Se fazia mistor que a Mesa da Assembléia, com um projeto de resolução, criasse tantas vagas, quantos eram os interessados.

Nêsse momento começou a segunda parte da ex-pectativa, que se alongou, de dezembro de 1967 a outu-bro corrente e que gerou, como é natural, um cons-tante estado de tensão.

tante estado de tensão.

A tensão foi num crescendo e, em seu processo natural, fêz-se pressão. Por isto ou não, c do estava no auge, uma série de medidas foran madas, resultando no encaminhamento do projeto a Plenário A tensão estava, realmente, em seu llimax quando um determinado incidente, no dia da voração, fêz com que, nos corredores da Assembléia, encontrássemos pessoas chorando: a bancada do MDB aoresenfara uma emenda de líder, o que significa a retirada do projeto da ordem do dia para ser votada sabe lá quando. Na oportunidade, o deputado Ari Delgado, da ARENA, profundamente irritado, foj à tribuna e declinando sus condição de colaborador na confeção do projeto disse: "Não vou ler nem a redação da emenda, em homen-gem à bancada do MDB, mas caracterizo a intenção do autor de que o assunto não eja votado. "e, mais adiante: "por acaso êle é imoral. (o projeto), por acaso êle atenta contra qualquer principio constitucional?" Com essa chancela, a bancada do MDB reuniu-se e, ao refornar para o Plenário, disse estar em condições de votar o projeto, mediante a retirade das emendas que apresentara. E foi aprovaco Novamente cemes de contentamento foram registradas com abraços e lágrimas.

Mas, repetimos o que já dissemos em comentário anterior embora ressalvando que, em a aprovação, ac

abraços e lágrimas.

Mas, repetimos o que já dissemos em comentário anterior, embora ressalvando que, pela aprovação, acmenos, foram dadas condições de normalidade à vidruncional do Farroupilha — o Quadro consagra boa medidas, como o Gabinete de Assessoramento Superio a possibilidade de cursos de eperfeiçoamento em instituições como a Fundação Getúlio Vargas, mas consegrou uma injustiça gritante, registrada em pronunciamento à imprensa, da seguinte forma, pela deputar Suely Oliveira: "o Legislativo aproyando êsse Quadrestá ficando sem condições de exigir do Estado umelhor tratamento aos técnicos científicos uma ve que aprovou um projeto que dá melhores vencimento a funcionários não qualific dos do que a médior dentistas, etc.".

José Luiz Coste

Alerta para democracia

A semana passada, à area parlamentar, teve a marcá-la a entrevista concedida pelo deputado Valdir Lopes, presidente da Assembleia Legislativa, a respeito do momento nacional.

A leitura, ainda que superficial, dos jornais diários, denuncia uma grande inquietação no cenário político nacional. Palavras como as proferidas pelo presidente da República, marechal Costa e Silva, quando da homenagem que lhe prestou a quando da homenagem que lhe prestou a ARENA de São Paulo, de que somente com sua eliminação seriam fechadas as Casas Legislativas, são mais do que uma evistado de monte de la companio del companio de la companio de la companio del companio de la companio del companio del companio de la companio del compan dência de momentos angustiosos. Partindo de quem partiu, com a autoridade que de-tém, quer de chefe da Nação, na configu-ração mais universal da responsabilidade e. ração mais universal da responsabilidade e, quer como chefe das Fôrças Armadas, responsáveis diretas pela manutenção das Instituições, dever que constitucionalmente lhes é cutorgado — a afirmativa do marechal Costa e Silva, revela, primeiramente, uma dramática reafirmação de seus ideais democráticos. E, em segundo lugar o conhecimento de que alzo, realmente.

gar, o conhecimento de que algo, realmente, ameaça o regime.
Funcionando como uma fabulosa organização, deve ter o Serviço Nacional de Informações fornecido ao Senhor Presidente dedos regimentos. E, em segundo indente dados reais e palpáveis de que algo sinistro se move, tendente a criar momen-

tos de inquietação.

Mas não somente o marechal Costa e Silva veio a público denunciar o que está sendo tramado. Também o governador de São Paulo, sr. Abreu Sodré, de forma ca-tegórica, disse de suas apreensões face à radicalização de determinadas posições em certas áreas de influência da política nacional. Ainda o Congresso Nacional, quer pela Câmara dos Deputados, quer pelo Se-nado Federal, nos pronunciamentos daque-les que compõem as duas Casas de Brasilia, de modo especial os seus Presidentes, tem alertado, constantemente a Nação, da vontade crescente, de grupos inconforma-dos, de não somente truncar a marcha dos que pretendem a consolidação do regime democrático em nosso Pais — mas, o que é muito pior, encaminhá-lo para a senha amarga de dias totalitários.

Diante desse quadro cujas perspectivas são as mais sembrias, o deputado Valdir Lopes, como éle próprio o disse, com a responsabilidade, não somente de chefe do Poder Legislativo do Rio Grande, mas como membro do Conselho da União Parlamentar Interestadual, órgão que congresa as Assembléias Legislativas de todo e as Assembléias Legislativas de todo o ga as Assembleias Legislativas de todo o Brasil, resolveu requerer a sua convoca-ção para examinar as denúncias que estão sendo feitas, mesmo por que, como subli-nhou, elas representam — a partir das proprias palavras do presidente Costa e Silva — uma ameaça ao funcionamento das Casas Legislativas.

Merece, pois, se registre, a atitude do presidente do Legislativo gaúcho que, como em outras oportunidades, lança nosso Estado na cabeça de um movimento que demonstra a clos dade em cumprir o seu dever de guardião da democracia e de interessado no prestigiamento sempre maior dessa forma de governo — a verdadeira-mente compatível com a formação de nosso povo.

COMISSÕES ESPECIAIS NO PLENÁRIO

Não pretendemos, embora sejamos conduzidos a tanto, ante a seqüência de eventos, a participar de um debate entre os líderes do MDB, deputado Pedro Simon e da ARENA, deputado Getúlio Marcantonio, que têm como raiz posição por nos assumida, bem como por nosso companheiro Salomão Kirjner, de prestigiar o funcionamento das Camasões Especiais, encontrando, como caminho, a supressão, em dois dias, de parte das ses-

sões plenárias.

No decorrer da semana anterior & que ontem se encerrou, a ARENA apre-sentou uma nota de suges-20 ao MDB, na qual, além de propor o que sugerimos, dispunha sôbre outras normas que significam a regulamentação do regime de inscrições para o período final das ses-sões. Aplaudimos, em nosso comentário anterior, a proposição da ARENA, ao apresentar sua nota e, se não o fizemos de forma restritiva, sublinhamos agora que, no concernente ao aproveitamento de uma parte da sessão para ensejar o funcionamento das Comissões Especiais. concordamos de maneira integral. Não discordamos, inobstante, do outro ângulo enfocado; apenas, a bem da verdade, não nos detivemos nas consequências, benéficas ou não, que traria a alteração do regime de inscrições. Reiteramos, pois, nosso ponto de vista: nos parece correto seja, a suspensão dos trabalhos, duas vêzes por semana, somente após a ordem do dia, uma solução tendente a prestigiar

as Comissões Especiais e o Plenário.
No fim da semana passada, o deputado Getúlio Marcantonio, da tribuna, comentou — fazendo a leitura de trechos—nosso artigo anterior, pedindo, inclusive, sua transcrição no anais da Assembléia, o que agradecemos. Concluido o dis-

curso, desta feita revestido de sua condição de lider, o deputado Pedro Simon, sem a nós referir-se, contestou o pensamento do sr. Marcantonio, reiterando que a proposição da ARENA, que será objeto de estudo pela sua bancada, significava um esvaziamento do plenário. Se somada, na integra, a nota da Aliança Renovadora implicará numa diminuição do tempo de duração das sessões plenárias, além do limite que propugnamos, é questão a ser estudada, dentro da soberania que outorga o Regimento Interno.

pelo MDB, aceitando-a ou recusando-a.

Porém, no que concerne à nossa sugestão, a mesma não significa, nam de perto um desprestígio ao orgão soberano do Legislativo — o Plenário. Aliás, os senhores deputados não pediram, mas as Comissões Especiais cresceram e ja começam a preocupar. E, sem veleidades de profeta, podemos vaticinar, com certa tranquílidade, que, muito breve, as Comissões Especiais estarão se reunindo no plenário. Basta observar-se êste fato quando foram ouvidos os reitores da UFRGS e de Santa Maria, a Sala da Maioria, apesar de muito grande, tornouse acanhada para o volume de deputados e pessoas interessadas. Alie-se mais o seguinte: no ano passado funcionou o I Ciclo Econômico do Estado o qual, "mutatis mutandi" é uma Comissão Especial. Pois, por sua importância, os trabalhos desenvolveram-se em plenário, com supressão de sessões inteiras.

Por isto, nossa sugestão é, tão somente fruto de observações que nos permitem dizer: em muitos ângulos as Comissões. Especiais superaram o plenário Integralmente não o superarão, sem que isto implique em mudança do próprio re-

gime.

Estágio para funcionários

Entrou em plenário, na semana passada, o nôvo Quadro de Funcionários da Assembléia Legislativa. Teve a precedê-lo duas proposições do Tribunal de Justiça, uma reavaliando cargos e funções e outra atribuindo um reajuste da ordem de 18%, a partir de maio dêste ano, aos funcionários de sua Secretaria — e uma terceira do Tribunal de Contas do Estado, majorando, desde o mesmo período e no mesmo montante, os vencimentos de seus serventuarios.

O projeto da Assembleia, para o qual apresentamos um crédito, antecipado, de confiança, em nosso comentário anterior, soube buscar solução para vários dos mais antigos problemas da administração daquele Poder.

Merece, assim, destaque especial, o Titulo X, da proposição, que não sòmente consagra a norma constitucional do concurso público para o recrutamento externo, nos cargos de provimento efetivo — como institui, ainda, o estádio de preparação, para cargos cujo desempenho exijam treinamento adequado. Para a consecução dêsse objetivo, prevê, o projeto, que a Assembléia Legislativa concederá bolsas de estudos em entidades de renome, como é o caso da Fundação Getúlio Vargas.

Aspecto abordado, também, com determinação, é o que dispõe sôbre o enquadra de servidores de Transitiva que as estadores de Caractiva que a servidores de Caractiva que a servidores de Caractiva que a consecução de c

Aspecto abordado, também, com determinação, é o que dispõe sôbre o enquadramento de servidores do Executivo que se encontravam na Assembléia, em dezembro do ano passado. Cuidou, pois, em dar cumprimento à norma anterior, editada naquele mês, mas fixando a situação do interessado, — o suporte jurídico para o enquadramento — no exato momento em que deixou o Executivo para ingressar na Assembléia

biela
Assim, vários servidores que, em dezembro de 1967 não eram estáveis no Executivo e que, agora, pelo fato de serem transferidos para a Assembléia, não ganharão a estabilidade Outros, regidos, em suas repartições de origem, pela Legislação Tra-

balhista, permanecerão na Assembléia, mas sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

Outro detalhe que merece registro: funcionários da Assembléia com menos de cinco anos, à época da promulgação da Constituição Federal de 1967 (e há casos em que a lacuna para suprir o mandamento constitucional foi de três meses), não foram objeto de consideração especial e, apenas, em outra oportunidade, mediante a criação de cargos, disputarão o ingresso definitivo na Assembléia.

Mas o Quadro, em nosso entender, não conseguiu passar incólume, sem consagrar uma injustiça: os funcionários de nível superior (médicos, dentistas, engenheiro, economistas etc.) receberão, como tratamento pecuniário, a importância mensal de NCr\$ 530,00; uma categoria colocada extraquadro, que se extinguirá com o tempo, constituida dos antigos secretários de bancadas, recebeu como tratamento remuneratório a importância de NCr\$ 666,00. Ora, onde o estímulo para aqueles que, detentores de curso suporior, com profissões as mais nobres, se são postergados por funcionário que, mesmo desempenhando funções relevantes na estrutura política do Poder, para obter tal-condição não se submeteram a exigência de titulação de qualquer ordem?

Diziamos, no comentário passado, que o projeto havia sido feito pela Mesa e com a cooperação das bancadas, procurando evitar emendas de Plenário. Mas, justa, sob todos os títulos, nos parece a proposição apresentada por 26 deputados corrigindo a distorção. A crítica que endereçamos tem no seu bôjo a sugestão de que, com serenidade, venham os deputados, principalmente os da Mesa, que ainda não examinaram em definitivo as emendas, a considerar a referida proposição como tendente a eximir seu trabalho de uma falha verdadeiramente lamentável.

José Luiz P. da Costa

6/10/68

A Semana Parlamentar QUADRO DE FUNCIONÁRIOS EM DEBATE

Prepara-se 2 Assembléia Legislativa para, na semana que se inicia. o exame do projeto-de-resolução, de autoria da Mesa, dispondo sôbre o nôvo Quadro de Funcionários daquêle Poder.

O que agora se encaminha para o con-creto, nada mais é do que decorrência da implantação, em setembro do ano passado, dos serviços administrativos do Legislativo em sua nova sede, no Palacio Farroupilha.

Impossível seria, tècnicamente, adaptar-Impossivel seria, tecnicamente, adaptar-se a estrutura da Assembléia. moldada dentro das necessidades e vícios do antigo prédio da Rua Duque de Caxias ao Palacio à Praça da Matriz. Por isso, absolutamente imprescindivel a medida que ora, com atraso, tomam os

O projeto que, através dos avulsos, chegará, segunda-feira ao conhecimento dos parlamentares e interessados em geral, é fruto de meses de estudos e mesmo, en contrata en contrata de cont gavetamentos, o que propiciou é verdade, um melhor amadurecimento e o encontro de caminhos que convergem ao ideal fun-cionamento da Assembléia Legislativa, ao invés da busca de solução para problemas individuais.

É bem verdade que elaborado ao calor de vários interesses e em contato direto diutumo, com as partes interessadas, os deputados estiveram sob o bombardeio de pedidos de tôda ordem.

Mas, ao que sabemos, tanto quanto possível, fizeram ouvidos moucos as pretensões absurdas e procuraram manter-se riéis aos ditames constitucionais, numa preocupação, quase sagrada de não consentir viesse o Quadro merecer a alcunha de "panamá", ou "trenzinho"

Muito contribuiu para credenciar o prosente como fruito do esfêreo comun em corre

jeto como fruto do esfôrço comum em acer-

tar, o fato de que a Mesa, a quem cabe c iniciativa de projetos-de-resolução, haver delegado às duas bancadas. MDB a ão, haver MDB e delegado às duas bancadas, MDB o ARENA, a realização de estudos tendentes a encontrar soluções práticas e legais para o problema realmente comum: o bom funcionamento do Legislativo.

É certo que, ao fim de todo êsse tra-balho, poderão aparecer falhas e. mesmo, injustiças. Porém, se o espírito dos depu-tados é de fazer bem funcionar o Poder a que pertencem - cometendo a cada funcionário tarefa concentânea com seu paro e qualificação - em sendo constatados erros, deverão estar abertos às corre-ções e ao saneamento de falhas

cões e ao saneamento de fainas Aliás, apesar de haver sido o projeto da Mesa apresentado às lideranças, ato que, enfim, visa aparar um considerável volume de emendas em plenário — o período de tramitação que sofrerá, dará ensejo a que, numa visão mais ampla, outros deputados, que não da Mesa, nem das liderancas, ou por essas designados, possam lideranças, ou por essas designados, possam estudar a matéria e apresentar sugestões que julguem devam ser consideradas

As ponderações que fazemos no mo-mento, são fruto, simplesmente da obser-vação de dados que foram filtrados, face ao sigilo em que foi mantida a confecção do Quadro.

Publicado em avulsos teremos condi-ções de estudá-lo e analisá-lo. Estamos, as-sim, por antecipação, dando um crédito de confiança aos seus realizadores.

Não nos consideramos por isso, inibidos de, já no próximo domingo, o analisarmos, aplaudindo, criticando e, se for o caso, apresentando sugestões.

José Luiz P. da Costa

29/9/68

FIM DE CAMPANHA

Estamos chegando ao fim da campanha sucessória municipal. Os deputados gaúchos, como de resto os de todo o País, se empenharam, com mais ou menos afinco, em conseguir votos para seus candidatos.

Assim, num trabalho que muitas vêzes transcende o interêsse imediato de auxiliar um conterrâneo, os parlamentares seguiram para o Interior, buscando a vitória para suas agremiações partidárias.

Certo, pois, nos parece, o recesso impôsto à Assembléia Legislativa, eis que dentro da função de representante do povo, o trabalho imediato dos deputado, nesse momento, é essencialmente político.

Tiveram o ano todo para o trabalho normal da vida parlamentar. Estiveram em plenário, nas comissões técnicas, realizando a tarefa, digamos, administrativa de sua condição.

Durante algum tempo, em plenário, feriu-se um debate a respeito da legitimidade da atuação do Governador, em partir para o Interior, prestigiando os candidatos de sua agremiação política. Correta nos parece a posição do titular do Executivo na mesma medida em que o é a dos integrantes do Legislativo. Um e outros tem obrigações para com as agremiações que lhes deram acolhida para concorrer ao cargo que no momento detêm. Muito mais que um dever, constitui-se numa obrigação o trabalhar em favor do Partido.

Cremos, assim que o Governador e os deputados agem corretamente ao afastar, ainda que por um, aparentemente. longo período de tempo, suas atividades habituais para se voltar ao problema sucessório, encontrando condições para que nos municípios do Interior, tenham o maior número possível de administradores, de ideais afins.

Abordamos, em comentário anterior. a questão da licença para processar um deputado federal, oportunidade em que, louvados em alguns mestres do Direito, defendiamos a inviolabilidade do mandato.

A questão está posta, agora, na fase decisória. A Câmara dos Deputados, através da sua Comissão de Justiça, apresentará parecer sóbre a concessão ou não de licença para que o sr. Márcio Moreira Alves seja processado. Convém, em volta ao assunto, colocar sob exame alguns fatos que se sucedem na área do Congresso.

Sondados pelos jornalistas, que atuam na Câmara dos Deputados, ficou apurado que dos 31 parlamentares que integram o órgão, cêrca de 20 votarão contra a concessão de licença. Trata-se, entretanto, do parecer da Comissão, que, embora contrário, deverá ser examinada pelo Plenario.

Mas, quer na área da Comissão, quanto do Plenário, surgiu um outro problema, que tem preocupado: não tem a Câmara, em seu Regimento Interno, normas específicas para o exame de pedidos de cassação de mandatos, quando por abuso de direitos políticos. Existem normas regimentais quando se trata de crimes comuns ou prisão em flagrante.

Essa lacuna, nos parece, situa a questão, nos têrmos em que os constitucionalistas se manifestaram: não há normas regimentais exatamente por que a Constituição não prevê, e nem o poderia, punição para quem não comete crime. Consignando a inviolabilidade, não poderiam os parlamentares fixar no regimento normas para uma situação inexistente. Fizeram sim como complemento à disposição que determina a possibilidade de ser processado o deputado que for prêso em flagrante ou cometer crime comum.

Os últimos acontecimentos no cenário político na ional trouxeram à berlinda a questão da pretendida cassa-ção do mandato de um deputado federal mediante processo que uma vêz autoriado pela Câmara, tramitaria no Supremo Tribunal Federal Do fato emergiu a questar que se onfunde com as origens do sistema de representação popular: a imuni tade parlamentar com a dualidade que lhe é in rinseca - a inviolabilidade pessoal e a irresponsabilidade legal.

Em "Lei e Prática Constuticional", de Anson, citado por Carlos Maximilin-no em Comentár os à ug 354 está dito que em 1603 tendo sido preso um membro da Câmara dos Comuns sir Thomas Shirley, por ordem do rei ao tomar conhecimento do fato o presidente da Câmara determinou fôsse preso o carcereiro, caso êsse não libertasse o comum detido. Como não foi atendido, determinou a prisão do funcionário real Somente com a liberdade do deputado é que o carcereiro obteve idêntica medida. Do incidente veio a Câmara, logo após, à promulgar uma lei proibindo a prisão de qualquer deputado sem licença antecipada da Câvra, ou irresponsabilidade é mais antiga. Em 1397 o rei mandou prender o deputado Haxey, autor do bill que reduzira o orçamento da casa real. Dois anos mais tarde subindo so trono Henrique IV julgou ilegal a prisão orde-nada por seu antecessor e firmou-se a prerrogativa de que o membro do Parlamento não pode ser responsabilizado legalmente pelas opiniões e votos emitidos no exercício de suas funções".

Comentando nossa atual Constituição da República diz o professor Pontes de Miranda que "sem liberdade de pensamento, sem liberdade de emitilo (liberdade da palavra, de opinião), não há Poder Legislativo que possa representar, com fidelidade e coragem, os interesses do povo. É essencial à vida dos Congressos de Parlamentos, que as correntes nêles manifestadas, se pronunciem ou teremos simple Con-selho de Estado em sistema uniparti-

dário

Voltando ao caso que ensejou essas considerações convém citar as declarações do senador Daniel Krieger, antecipando seu pensamento, de Líder da Maioria na Câmara Federal, contrá-rio à concessão da licença para que o deputado seja processado pelo SFT.

Ao assim se man lestar, o senador Daniel Krieger com, os comentaristas de matéria constitu ional, deve entender que a imunidade parlamentar não re-presenta um privilégio de ordem pessoal outorgado ao deputado; senão que uma garantia ass-gurada ao Poder Legislativo, para que funcione livre de qualquer coação

Disse, ainda, o serador Krieger se assim contrário, face ao disposto no artigo 34 da Constituição Federal Este artigo prescrevendo que "os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões pa-lavras e votos" não prevendo portan-to excessões de qualquer ordem. como sucede, por exemplo, com a Constitui-ção dos Estados Unidos da América ao fixar: ".. Em qualquer caso, exceto traicão felonia e perturb ção da tran-Em qualquer caso, exceto quilidade pública " (História das Américas, Vol. XIV pg. 7) Também a Constituição da Alemanha Ocidental. art. 46, inciso I, in fine, abriu-se excessão para as difamações e as calúnias. O mesmo ocorren com a Constituição da Alemanha Oriental, art 67, inciso L 2.º parte.

É, pois, a tribuna parlamentar, na mara a que pertencer O professor Dar-cy Azambuja (Teoria Geral do Estado, pg. 190) diz que "a liberdade de pala-se a Constituição Imperial do Brasil, se a Constituição Imperial do Brasil, art. 26: — Os membros de cada uma das Câmaras são invioláveis pelas opiniões que proferirem no exercício de suas funções) o reduto inviolável de onde o deputado ou senador, como representante que é de uma fração do povo, pode emitir suas opiniões e con-

Criticada por correntes ponderáveis tem side a instituição da imunidade parlamentar, as quais entendem-na como superada; válida ou rora, quando as garantias contra o arbítrio das autoridades era mínimo. Porém, válido de todo, para nós, é o pensamento do mestre Darcy Azambuja com o qual concluimos nosso comentário: "A experiência demonstra que os costumes políticos não melhoraram muito do século XVII para cá e que hoje como no tempo dos Tudors, se se deseja liberdade e independência para os Parlamentares cumprirem sua missão convém protegê-los contra atos tendenciosos dos govêrnos e até dos particulares. Assim, nenhuma Constituição deikou ainda de manter a imunidade parlamentar".

IMPRENSA E PARLAMENTO

Objeto de considerações as mais diversas, quase sempre elogiosas, têm sido as relações entre Imprensa e Parlamento. Este, constituído de representantes do povo, necessita de um meio de comunicação para fazer chegar seu trabalho até aqueles que lhes outorgaram a representação.

Os parlamentares, de maneira ge nérica, dispõem de um órgão oficial, através do qual são editados os discurses, as disposições legislativas e a atividade dos diversos órgãos técnicos.

Entretanto, a área de penetração dêsses órgãos oficiais, face à monotonia dos assuntos que fazem a rotina administrativa, não enseja, via de consequência, uma razoável propagação dos trabalhos parlamentares.

O Congresso Nacional, por exemplo, embora dispondo do excelente meio de comunicação que é a radiodifusão, não logra muito sucesso na missão de manter bem informados os brasileiros sôbre suas atividades, eis que ouvir o programa onde a resenha dos seus trabalhos é inserida constitui-se em hábito de pouquíssimos brasileiros.

Assim, o jornal, o rádio e, mais recentemente, a terevisão, aqui todos de iniciativa privada são os que realmente levam a mensagem dos parlamentos ao povo em geral

Têm, pois, os parlamentos, nesses órgãos, os verdadeiros propagadores de suas atividades

E. nesse contexto, se insere um processo de coexistência: não há li-berdade sem parlamento na mesma medida em que sem liberdade não existe imprensa.

Prestigiar, pois, o parlamento é quase condição normal da imprensa; zelar, sempre, pela liberdade de imprensa é imperativo de um parlamento consciente de que ainda, o melhor regime é o democrático, no qual, uma e outro são seus apanágios

Em nosso Estado das mais amplas é a cobertura que os jornais dispensam ao parlamento. A Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal contam, em

todos os jornais de Pôrto Alegre e do Estado, em muitos municípios, com uma cobertura notável. Diàriamente a resenha de seus trabalhos é inserida, ocupando várias colunas desses órgãos. Essa mesma resenha é transmitida pelos jornais falados das emissoras de rádio e as notícias importantes e as situações jocosas são apresentadas pela televisão em horários chamados de nobre.

Essa é uma situação especial e que, sem dúvidas, é reflexo de nossa con-dição de um dos Estados mais politi-

zados da federação.

As Assembléias Legislativas de ou-tros Estados, por onde já estivemos, não contam com cobertura jornalistica sequer semelhante. Existem Estados, como é o caso da Guanabara, onde a Assembléia somente é notícia pelo ridículo de certas situações. O que faz de bom, e o faz, pouco ou quase nada interessa aos órgãos de divulga-

Não é, pois, como pode ter aparentado, uma troca de favores, a iniciativa recente da Assembléia gaúcha, quando da reestruturação de seus quadros funcionais, de guindar seus redatores à categoria de técnicos científicos como já ocorre no serviço público federal. Os deputados o fizeram por saber bem avaliar o trabalho que é desen-volvido pelos jornalistas da Assembléia que conseguem, realmente fazer com que o trabalho parlamentar não morra nas paredes do plenário ou das salas de comissões, ou ainda, nas páginas do Diário Oficial.

No findar da semana o presidente da Associação Riograndense de Imprensa, jornalista Alberto André, estêve no gabinete do deputado Flávio Ramos. atualmente na Presidência da Assembléia, oportunidade em que agradeceu a posição assumida pelo Legislativo, considerando-a como pioneira no reconhecimento e valorização da profissão de jornalista, dentro do serviço públi-

José Luiz P. da Costa

Em 13/12/68

Uma nova oposição

Dos mais interessantes foi o debate político da sessão de sexta-feira última. Até então o mesmo vinha se caracterizando por uma exposição do MDB na pelatora do por uma exposição do MDB na pelatora do ecolhido do dia criticando os atos da Revolução, no geral e, especificamente lamentando a sorte de colegas seus que foram atingidos por medidas pun tivas. Nessa oportunidade o deputado Nolly Joner, num preve d scurso. 2sseverou: "Que entusiasmo poderá ter para falar, nesta Casa de tantas e tão nobres tradições de patriotismo, um memoro da oposição cue vê ceifadas algumas das mais expressivas figuras da representação parlamen ar oposicionista?"

sentação parlamen ar oposicionista?"
Inegável que dos mais duros foi o golpe sofrido pela bancada oposicionis a ante a punição de seus colegas. no estante, pior do que o evento que lastimam é a morte E ninguém, ainda que profundamente sentido, a chora constante e re-

petidamente.

A representação parlamentar nos parece, é muito mais ampla do que e simples e receivo da defesa de um teste; de uma filosofia Ela há de significar o dever que o parlamen ar assume ante aqueles que o escolherem, de os representar em todos os temas e assuntos que interessam à coletividade

Veja-se o seguinte: ocorreu o Ato Institucional; sete deputados gaúchos foram cassedos; a Asembléia, prestigiada no concerto das demais. saiu-se airosamente ante os recessos; retornou poricos, a atividado normal com a participação de todos os restantes da bancada do MDB. miniciamente encende-le a voita é para procurar caminhos que levam à plana normalidade, ou pelo menos à possível normalidade. Mas. à guiza de exemplo, citamos do's fatos que provam o contrário. De marco a'é esta data ocor-reram, em Caxias do Sul a Fes a Nacional da Uva; em Nôvo Hamburgo, a Fes a Nacional do Calrado cada uma sgnificando o produto do esfôrço e do trabalho de duas das mais importantes zonas de nosso Es ado. Pois bem. os anais da As-semblé'a estão ai pera cons ater: nonbem deputado eleito por aquelas regiões, da oposição, estêve na tribuna para, sequer, regitrar tão significativos acontecmentos.

Existe, não há por que negar uma nova ordem no país. Os deputados do MDB a reconhecem e a aceitam tanto que um pronunciamentos diversos decidiram não renunciar aos seus mandatos.

Têm, assim, o mandato e o direito além do darrillo exercê-lo o mais ple-amante possível.

Assim (a., n. s. a mesma tarde estêve em debate um documento que deputados do MDB catarinese acsinaram, onde se propõem a proceder a crítica construtiva aos êrros da Revolução e, ao mesmo tempo, enaltecer às realizações de inconfessável valia do govêrno revolucionário. A informação, que veio no bêjo de um discurso do deputado Alfredo Hofmeister causou generalizado mal estar entre emedebistas presentes ao plenário. Entretanto, o deputado Harry Sauer, parlamentar de reconhecida idoneidade, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e membro do MDB, afirmou ter lido detidamente o documento e que subscrevia cerros arbec os do mesmo, principalmente àqueles que dizem respeito com a efetiva participação da oposição no processo de de de de cenvolvimento paracional.

De todo procedente, se nos parece. o que pretende o deputado Harry Sauer. A' (2 não fa'a oz nho. Se não declinou nomes, sabemos perfei amente que sua palayra con ém o pom senso de ponderável parcela de sua bancada, que sabe compreender que, em primeiro lugar, fazer oposição não é monotonamente, insistir numa só tecla e ainda, que o sentido da representação popular transcende o enclausuramen o dentro de teses e principios cuja val dade são discutiveis.

Assistimos - fica êsse registro final um momento de verdadeira oposição. Tratava-se do debate em tórno da questão do contrato para financiamento da hidroelétr.ca do Passo Real. Nada menos de 16 deputados das Comissões de Financas e Justica em tôrno de uma mesa, deoat am os diversos aspectos da licença que o Executivo pedra para firmar o contrato com a USAID. A Comi são de Justiça, que e composta em sua maioria pelo MDB, considerou o contrato como inconstituic onal. Justificou amplamente o por que de sua determinação. Mantevese coerente com o que julgava ser correto e foi assim até o final da decisacem meio ao que travou-se um debate ju-rídico-político, com reais beneficios para a perfecção final do contrato. A matéria subirá agora à plenário quando, então. será feita a apreciação final con ando. sem dúvida, com a contribuição tanto da situação, quan o da oposição.

A Semana Parlamentar SESSÃO ESPECIAL PARA CASTELLO MODERNAS SALAS PARA COMISSÕES

Na resenha das atividades da Assembléia, em nossa edição de terça-feira, informavamos que duas inaugurações marcariam a semana que se encerrou: o conjunto das Comissões Térmicas e o retrato do ex-presidente Humberto Castello Bran-co — êste ato precedido de uma sessão especial (a primeira parte da reunião ple-nária do dia 19, data que antecede o aniversariário de nascimento do extinto).

Efetivamente, foram os fatos mais importantes da semana e que os consideraremos, cada um, com as implicações de-

correntes

A inauguração do conjunto das Comis-sões Técnicas trouxe para o Farroupilha— e fechou as portas do velho casarão da rua Duque de Caxias — todo o Poder Legislati-vo. As Comissões, permanentes e tempo-rárias, cuja importância tem sido objeto de nossas apreciações dominicais, ganharam, desde então, um local condigno ao seu funcionamento. Cada órgão tem o gabinete do presidente; sua secretaria; sua sala de sessões e, no conjunto, um pequeno plenário, onde funcionarão em dias especiais, podendo abrigar um bom público. Também a Comissão Representativa, que funcionou, precàriamente, na Sala da Maioria, usará o "plenarinho".

Dentro do espírito de confôrto, requinte e sobridade, as Comissões Técnicas pascional Palácio Legislativo que, para estar completo precisa er concluidos dois outros andares, onde serão instalados os restau-

rantes

O outro assunto que nos propomos abordar é a inauguração do retrato do mare-chal Castello Branco e a destinação da pri-meira parte da sessão do dia 19 para uma homenagem à memória do extento presi-

deste da República.

A estória pode ser resumida da seguinte maneira: a bancada da ARENA propôs a realização da citada homenagem. A barcada do MDB não sòmente se disse contrária, da do MDB nao somente se disse contratta, como — face à majoria parlam ntar que detém — negou-se a parmitir sua realização. Justificando seu ponto de vista, a referida bancada, por seu líder no exercírio deputado Brusa Neto, disse, entre outras coisas, que não poderia sua bancada prestigiar uma homenagem àquele que, usando de con aprifire aligne da vide millios de seu arbitrio, alijara da vida pública inúmeros integrantes da oposição Achariamos correta a posição tomada

pelo líder da bancada do MDB, se cingida em não participar de uma homenagem ao ex-presidente Castello Branco ou outra pessoas que entendesse não merecê-la. Enpessoas que entendesse não merece-la. En-tertanto ainda que detendo maioria parla-mentar, não é aquela bancada, em si, o Poder Legislativo, que tem a compô-lo, ainda, a bancada da ARENA Se a outra agremiação é interessada em prestar uma homenagem, não vemos porque se opor a êsses direito.

Negar presença, porém, é um recurso parlamentar muito usado: recentemente, recorde-se, quando da promulgação da Carta Magna do Estado, de 1967, a bancada da ARENA, por discordar da maneira como con foit foito a adatação à Constituição Enderel foi feita a adatação à Constituição Federal,

foi feita a adatação a Constituição Federal, não compareceu ao ato.

Correto, pois, estendemos, seria a bancada do MDB, de público, em plenário, dizer que não concordava com a homenagem e, que e, por isso, não comparecia em plenário quando de sua efetivação. Sua posição com la criticia de contra la criticia seria legítima e a ética parlamentar estaria

resguardada.

resguardada.

Mas, felizmente, em tudo isto, dois fatos não devem ser esquecidos, pois salvaram os desacêrtos. O primeiro foi a posição de magistrado, do sr. Flávio Ramos quando, ao constatar que, feita a verificação de quorum, a ARENA, numa jogada tática desnorteante, lograra o número necessário a garantir vitória, não hesitou em considerar o requerimento objeto da discórdia, como aprovado.

como aprovado

segundo foi a exemplar conduta do Valdir Lopes, presidente da Assembléia Legislativa que, como titular do Poder, no dia 19, à hora marcada ,estava no plenrio. Deu por abertos os trabalhos e concedeu palavra ao sr. Marcantonio, orador escolhido para saudar a memória do extinto Em ate contínuo, numa atitude partidária — eis que não se pode ignorar essa condi-ção, válida sob todos os títulos - passou a

dendo a uma solicitação regimental do uma das facções, reverenciou a memória da-quêle que, no entender da ARENA, merecia

tal homenagem

José Luiz P. da Costa

22/9/69

Casa do povo recebe o Cardeal

José Luis P. da Costa

A homenagem so Carden! Vicente Scherer, inquestionave mente, foi a nota ma or da samana O novo Principe da Igreja ao escother a Casa do Povo - o magnifico templo erguido à Democracia em nossa Praça dos Poderes, junto à Matriz - para fazer sou primeiro pronunciamento na condição de membro do Sacro Colégio, o têz. cremos. para res firmar seus estrei'os vinculos le homem do povo e de Deus com a massa dos rio-grandenses, representada pelos deputados

Não teria sido melhor o cenário onde o Cardeal Vicente Scherer devena fazer a sua primeira manifestação, ou em érmos consentâneos com o ambiente - n roi de atribuições que sua ida a Roma, desta tenta. Ihe enseiou. Dissa Sua Eminência: "A ascensão a um grau mais e'evado na hierarquia eclesiástica não significa a conquista de maiores honras, mas importa em 10vos e sérios compromissos Multo simificativamente, no injete da solenidade de entrega das asignias ardinalícias a solidan a a barrete at de purpura, serundo o ritual estabelecido, o Papa fer ler, em prime ro de maio es palavras com que Cristo declarou ter vindo para vervir e não para ser servido"

Recoihendo, ainda, expressões cortidas no pronunciamento da nova Eminência, sam justificar nosto ponto de vista esgundo o qual não noderia ter sido outro e melhor e púlpito da primeira prédica, do que a ribune de Casa do Povo, reproduzimos: "Semelhen'es paecem ser também as vossas preocupações senhores deputados. Também recepestes dos vosos e'eitores e partidos um mandato para servir à coletividade, para serir m'interêsses do corpo social, para resolver a problemas gerais. pora vos manterdes vigitantes na preocupação de promover o bem .omum. criando condicões favoráveis a fim de que todos, com seu trahatho e o aproveitamento de sua capacidade e de seus talentos, consigam realizar as justas aspirações de sua rida. No medida om que souberdes corresponder a esta nobilissima e árdua missão colhere s os aplausos das multidões vos engrandecerel diante de historia e firmando os destinos da semocracia que no seu funcionamento tepende essencialmente das lideranças políficas. da aguideza de visão dos dirigentes, do devotamento dos homens públicos aos interésses poletivos. Os homens fazem os partidos, e não vice-versa O regime se aprimora ou se corrompe na medida da limitação e da ineficiência ou do valor e da grandeza de seus condutores".

Não padece dúvida, o Cardeal Vicente Scherer trazia lá de Roma uma mensagem. Ela, entretanto, deveria, teria de ser dada a conhecer no tempo e ocal cer os, enac veja-ee: "Aos vossos ouvidos, senhores deputados chegam os lamentos dos esquecidos i injusticados. Vossos olhos perceberán as linhas de fissura no edificio social Via endes a honra e a responsabilidade de publicar teis que os vossos correligionários e os vossos adver-sários políticos deverão cumprir. Nas Leiras Sagradas a palavra lei tem por sinônimo caminho. Cabe a vos. senhores deputados apontar e abrir as sendas e os caminhos que levam so desenvolvimento, à ustica à liberda-de, so bem estar e à paz sucial. A possibilidade do ansiado desenvolvimento de 'odor os dade do ansiago desenvolvimento da como e do homom todo (Por Progres, 14 e 17), de vos em parte notável há le partir

Ao lado dêsse, que consideramos como a parte intrinseca da Sessão Solene de homenagem an Cardea! Vicente Scherer, nan se pode deixar de postar a beleza xterna do ato.

Com- ant-s nunca haviamos visto o re-cinto de sessões da Assembléia Legislativa acolheu tanto povo e autoridades A mesa, com a presença maior do Governador do Estado: tribunas especiais com as representações religiosas e leigas, bem como o corpo de cônsules e, no plenário os deputados um senador da Remiblica e secretários de Estado — o Plenário 20 de Setembro estava, a mais com um sóbrio arranjo floral, sm dia de grande glória. Após o de sua 'nauguração, na Data Farroupilha, sem dúvidas o maior

E. como o momento era de grandiosida-des, deve ser registrada a saudação — lamentavelmente representando apenas uma facção política - feita pelo deputado Carlos Santos, sem dúvidas o tribuno da Assembléia Legislativa. Enquanto êsse orador retratava o momento, o significado e a vida do homenageado, em meio à notáveis figuras de retórica, podia-se ver, às dezenas, expressões de sincera admiração ante a eloquência marcante,

hoje tão rara.

Magnifica, pois, sob todos os aspectos. Sessão Solene que o Poder Legislativo do Estado houve por bem realizar, dando como enfatizou Carlos Santos, "hosanas so Cardeal Venerando do farrapo rincão, figura autênti-ca de "aristocrata do méri"o" a quem se rende o respeito, o tributo e o preito de admira-ção, para sauda-lo entre os arroubos de requintada e espiritual ufania no ritual imponenbe desta homenagem".

Resorma do Legislativo

Wolta a ser tema, desta feita ante o imperativo de uma reiorma dos legislativos, em andamento na esfera tederal, a reformulação das atividades da Assem-

bléia Legislativa do Estado.

Assim, em pronunciamento realizado na semana que se encerrou o deputado Fernando Gonçalves, 1.0 secretário da Mosa, não somente conclamou seus pares a pensar sériam nte na questão como, positivando uma aspiração, requereu fôsse constituida uma Comissão Especial com essa finalidade.

A reforma dos Legislativos, que em breve se fará — começando pelo Congresso Nacional, como condição nimeira para sua reabertura —, poderia ter sido feita acui natura mente, ante a percepção, por alguns deputados, de que a estrutura vigrate, o brilhantismo individual, já esta-

va superada.

Tanto assim que no ano passado esta coluna nascia sob os auspicios de uma campanha que lançamos primeiram nte den ro do espaço "Jotaká informa" — su-gerindo algumas alterações do funcionamento da Assembléia, limitando a ativi-dade de plenário e ampliando o trabalho das Comissões. Nessa oportunidade a bancada da ARENA por seu tider de então, deputado Gitúlio Marcantonio, solidarizava-se com a iniciativa e propunha ao li-der do MDB — recordista onstante do uso da tribuna — deputado Pedro Simon, um estudo no sent do de nossa indicação. O deputado Marcantonio aguarda,

hoje, uma respos a. A União Parlamentar Interestadual, cujo representante gaúcho em seu Con-selho é o deputado Valdir Lopes ex presidente da Assembléia — iniciou, decorrem agora dois anos, estudos nesse sontido São dois anos que coincidem com a promulgação da Constituição Federal de 1967 e, por consequência, com a sensival modificação de atribuições Jos Legislativos, face ao que dispunha a Carta Magna

anter or.

De inicio, deputados de todo o Pais sentiram que o legislar não se podia fazer como antes Tima série de matérias teve a privaticidade de iniciativa transfe-rida para o Executivo. Com cou então, a diminuir, sensivelmente, o número de projetos propostos por deputados. Rapidaêstes passaram a dat mais ênfase à análise dos problemas regionais e estaduais, atingindo, uma vêz a esfera federal — para o que, sempre mais, neces-sitaram do auxílio de especialistas não parlamentares. Eram as Comissões Espa-ciais que convidavam educadores, sanitaeconomistas e, uma 'nterestadual que chegon a con'ratar a assistência de uma emprêsa de planejamento econômico, numa empolgante mostra do quanto pode render a atividade par amentar.

Mas, não apenas a diminuição do le-

gislar de erminou o escape para uma nova formula. A caducidade do plenário, da forma que vinha sendo usado, como expressão máxima da vida parlamentar, contribuiu sobremaneira.

Compulsando-se a relação anual dos deputados que mais estiveram na tribuna. os vencedores não serão, necessariamente, os mais operosos parlamentares no senti-do mais amplo. Conhecemos deputados que figuram entre os últimos em tal relação, mas que têm renome pela etuação nas Comissões a que pertencem. Aliás. prova do que afirmamos é que o concurso "Springer por um Rio Grande Maior" ja este ano, passara a premiar o deputado que, no entender dos jornalistas parlamentares, mais atuou no trabalho das Comissões.

A reforma dos Legislativos, que se a-proxima, há de ser, por certo, a adequação dos velhos métodos às novas técnicas de trabalho, que estão a exigir muito mais do que o lirismo das figuras tronitroantes de retórica, ou seja, o dinamismo dos métodos científicos em favor do progresso e

do desenvolvim nto em gera: Veremos, ainda, por certo, o plenário do Legislativo qual o plenário do Judiciario, reunido nas decisões finais. Por corto, ocorrer êsse evento, as galerias confortaveis do Farroupilha, agora constantemente vazias, ganharão a expressão do outrora, com o povo interessado nas gran-

des decisões que serão tomadas.

Interessante, pois, uma das levantadas, de que o plenario se reuna duas vêzes por semana. Os dias restantes serão dedicados às Comissões, as quais, dependendo do interêsse do tema abordado, poderão usar, até mesmo, o plená-

Otil, pois, a proposição do deputado

Fernando Goncalves.

Interessante, será, entretanto, que os deputados quando formarem o órgão busquem sugestões o máximo possivel, para que a reforma, realmente, represente a realidade de nossos dias.

Assim, en'r: o material a ser com-

pulsado não pod rá ser excl. o traba-lho realizado pelo d putado V dir Lopes e pela União Parlamentar Interestadual, de reforma dos regimentos internos das

Assem' 'ias.

C nosso Estado, como poutras oportunida s, seja o pioneiro, conduzindo nossa Assembléia o facho que foi aceso há dois anos quando a UPI convocada pelo Rio Grande do Sul, iniciou os estudos de reforma dos regimentos.

Se a Comissão agir com dinamismo pod rá fazer constituirem-se suas conclusí 3; inclusive, em subsídio para a refor-ma de âmbito federal.

A SEMANA PARLAMENTAR Reforma do Legislativo

Ammeia-se para breve a reforma do regimento interno da Assembléia Legislativa. Visando ésse objetivo a atual Mesa entendeu de formar uma comissão bi-partidária, com representantes das bancadas da ARENA e MDB

A decisão, nos parece, não tem exclusivamente o sentido de dividir responsabilidades, mas, futuamentalmente, de buscar com a experiência de cada um los personantes.

de buscar, com a experiência de cada um Jos pariamenta-res de uma ou outra agremiação solução para "árias questões que ha muito obstaculizam um eficiente funcionamen-to do Poder Legislativo.

Somente nos últimos três anos, todos os atuais depu-tados passaram pela experiência de serem, ora oposição, ora situação.

No inicio da presente Legislatura e no ano seguinte, o grupo arenista foi oposição.

Foram dois anos durante os quais pulleram sentir as dificuldades por que passem os oposicionistas face às normas regimentais e sua execução, pela mão dos situacio-

Agora os emedebistas experimentam essa posição. Sentem, da mesma forma os problemas ontem da IRENA Reuni-tos, pois, em uma mesma comussão objetivando um corpo normativo equilibrado, voltado cara a instituição legislativa de sempre do que para a eventual situação do momento, é medida muito acertada e que merece aplau-

A reunião dos oposicionistas e situacionistas será o ca-minho correto para que, mais tarde, no penário o pro-jeto que vier a ser elaborado, não se constitua em objeto

jeto que vier a ser elaborado, não se constitua em objeto de emendas sem fim cujo estudo afoito represente um novo regimento todo vulnerável.

O problema está posto pela Mesa e seus integrantes dispõem-se a, de imediato, pôr mãos à obra, visando em breve espaço de tempo forçar o Poder Legislativo gaúcho a operar dentro de novas normas, mais consentâneas com o que há de moderno em têrmos de trabaho legislativo, eujas fontes poderão estar, ainda que subsidiáriamente, inclusive nos grandes parlamentos de outras nações e na nossa própria experiência parlamentar.

Soube-se, agora, entretanto, que o MDB não pretende

Soube-se, agora, entretanto, que o MD8 não pretende participar dessa primeira fase dos trabalhos, assim procedendo por considerar como "muito nepulosa" a situa-

ção politica nacional. Julgam os oposicionistas que o mais acertado é esperar que o govêrno federa, que já se dispôs a proceder ampla reforma, tanto política como parlamentar, dé a público seu ponto de vista, para a partir daí, então, abrir ao exame do que eventualmente a Mesa da Assembléia tenha preparado e ai, oferecer sua colabora-

E uma posição e, como tal, deve ser espeitada.

Entendemos, inobstante, e já manifestamos nosso pensamento em outra oportunidade, nesta conus melhor seria nosso Poder Legislaivo — que, anteripara-se aos demais parlamentos do País nessa matéria propondo em 1967 a União Parlamentar Interestadual a reforma dos regimentos mternos de Assembléias, ainda cesta feita, com os subsidios de que dispõe, fru'o das reuniões daquele órgão interparlamentar — se adiantasse e oferecese ao fim, sugestões ao próprio Poder Central Aliás o deputado Fernando Gonçalves, 1.º secretário da Mesa, andossando nosso ponto de vista, manifestara-se nesse sentido rendo na comissão proposta uma fórmula para solucturar os problemas internos de nossa Casa Legis'ativa e concomitantemente, dar subsidios à grande reforma que se aproxima.

A DOM VICENTE

A DOM VICENTE

Merecem registro as iniciativas tomadas por diversos deputados, tanto da ARENA quanto do MUB, de receber na Assembléta, com o júbilo de que se apossam os gaúchos, o Cardeal Dom Vicente Scherer. Muros têm side os motivos que levaram a Casa do Povo Rio-Grandense a prestar homenagens. Poucas, sem dúvidas, têm em seu bójo o significado da que agora se lispõem prestar nossos representantes, aliando-se às demais preparadas oela comunidade em geral. Dom Vicente não é, apenas o primeios sacerdote gaúcho que veste a rouna los cardeais do munidade em geral. Dom Vicente não é, apenas o primeiro sacerdote gaúcho que veste a roupa los cardeais do Sacro Colégio. É, sem sombra de lúvidas um llustre homem que representa com tôda dignidade a ligura do Pastor zelando com proficiência, por seu numeroso rebanho. A homenagem será dia 22 às 15 horas e terá nomo orador oficial o deputado Victor Faccioni É momento pois de verem-se as tribunas do Palácio Farroupilia repietas numa homenagem de povo e legisladores ao seu Cardeal.

A SEMANA PARLAMENTAR Reforma do Legislativo — III

Foi dado a conhecer, na semana passada, o projeto de reforma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa — em verdade ampla e completa transformação do Poder Legislativo gaúcho, considerando as medidas que ainda resumidamente, são propostas. A pura e simples Reforma do Regimento, como chegou a ser cogitada, significam a criação de novas disposições para regulamentar situações idénticas às de hoje, condenadas por caducidade. O que vem no bôjo do trabalho realizado pelo deputado Fernando Gonçalves, presidente da Comissão Especial da Assembléia que, nesta fase, ainda não conta com a participação do MDB, reflete o desejo daquele órgão especial ou seja, dos deputados Celes ino Goulart, Octávio Cardoso e Fernando Gonçalves de adequar as atividades legislativas e de participação do Poder na vida política e social do Estado, às condições de vida em nossos dias.

Constatamos, com grande satisfação, naquele trabalho, que estão incorporados os elementos imprescindíveis para que, em têrmos de funcionamento rápido e eficaz, venha o Legislativo a readquirir o prestígio que teve e, a mais, passe a ser visto sob um nôvo ângulo: como verdadeiro, prestativo e eficaz representante dos anseios legítimos do povo gaúcho.

Entendemos que o trabalho dado a público pela Comissão não pecou, sequer, pela prolixidade. Fixou linhas mestras, a partir das quais não sòmente serão criadas as normas que compõem o Regimento como, em especial, todo o Poder Legislativo passará a gravitar, até mesmo em têrmo de funcionalismo, dentro da nova realidade.

Os itens apenas enunciados dizem o que agora pretendem realizar, coroando uma expectativa, principalmente, dos jornalistas que lidam com as atividades do Legislativo: a) uso da tribuna — limitado à necessidade do exame de problemas propostos ao Legislativo, seja sob a forma de projetos seja como resultado das necessidades da coletividade; b) divisão do trabalho: ou seja, a diminuição da carga, em excesso, da atividade de plenário, em detrimento de outras como a das Comissõe; c) celeridade do processo legislativo: a tramitação, sem embargos inuteis do material legislativo os engavetamentos e os esquecimentos; d) assessoria técnica, o que significará a adequa-

cão do que foi disposto em regulamento dos serviços administrativos da Assembléia — ao criar o Gabinete de Assessoramento Superior — ao processo legislativo. A Assembléia, já agora, tem condições de, por seu corpo funcional, ensejar aos deputados uma perfeita assistência técnica, como meio de perfeccionar seu trabalho, sempre diversificado, abrangendo as mais amplas áreas.

Com a efetivação dessa reforma, estamos certos, o Legislativo irá readouirir tôda aquela sua expressão de respeito, se bem que de forma diversa de outrora,

Julgamos que, na medida em que sejam trazidos para dentro da Assembleia, nos trabalhos das Comissões Técnicas, membros dos mais diversos grupos do todo social, o deputado irá se misturando mais ao seu meio, tornando-se menos excelência do que é hoje e mais povo.

Temos assistido, nessa verdadeira experência de reforma que se processa com naturalidade no Legislativo, qual seja, o trabalho das Comisões Especiais, exemplos magníficos de cooperação entre técnicos das mais diversas especialidades, com os deputados,

Ainda há poucos dias, na Comissão sobre os Tóxicos, o presidente do Sindicato da indústria de Produtos Farmacêuticos colocou à disposição sua entidade para que realize, à margem do trabalho do Legislativo, um estudo a respeito do problema dos tóxicos, no que concerne aquela entidade e, ao mesmo tempo, estude a possibilidade de colaborar, com verbas de publicidade numa campanha ampla contra toxicomania.

Tem sido esta, desde que lançamos nossa coluna, a meta: ver o Poder Legislativo renovado, agindo de acôrdo com a nova realidade brasileira. Assistindo, assim, fatos como o do Sindicato da Indústria Farmacêutica e o trabalho da Comissão de Reforma do Legislativo vir a público, dirigido nesse me mo caminho nos rejubilamos, constatando que não estavamos laborando um êrro.

Comissão para Aços Finos

Considerando o fato real de que aínda não está

Considerando o fato real de que ainda não está operando colocando-se, pois, à mar, m a situação deal de que já deveria estar, há muito, empenhada na cleolopica cori-nda do aço — vimos insi-alar-se mais uma impor an e Comissão Especial da Assembiéla Legislativa a que trate da Aços Finos Pirallin.

A comissão no piaco ideal, não deveria existir, uma ves que não fóssem os inúmeros percalços que tem esperimen ado a importante siderurgica deveria en ar há algums anos, functonando vigorosamente empres anos sua colaboração ao de envolvimen o de norso Estado ajudando o pianitio de uma sem número de industrias que representarão mais progresso, mais trabelho mais riqueza.

A Comissão Especial que ora é criada, a partir de um requerimento nesse sentido de lider do MDB, deputará Pedro Simon nasco sob os auspidos de interesses vários O próprio requerente embora sua condições da economia do Rio Grande do Sul, mas há umanim-diade de pensamento de que se deve olhar oa-ra a frente tendo em vista o proxresso do Estado". Por isce enfetizou nos dia Assembléla colocamos como primordial a Aços Finos Piratin!

Sem dividas, basta aten ar-se para o significado de uma moder's emures sidertiripha, especialmento construida para a produção de aços finos; aços de qualdade e-recial que encontram concorrê cia em algrumas importentes indistries apritula-se se sinda, em produção de aros finos; aços de qualdade e-recial que encontram concorrê cia em algrumas importentes indistries apritula-se a solidarie-

dade a elas emprestada, primeiramen e pelo govérno do Estado e logo após pela direção da Emprêsa, E' uma obre da qual não só o Rio Grande obterá lucros mas tode o país.

No, úl lmos anos vimos surgir os planos de dois portentos empreendimentos cuja implantação significaria incomensuráves perspectiva de progresso.

O primeir foi a Refinaria Alberto Pasqualini, a principio apenas uma vaga espera ça Posterformente um obra auspillosa, e agora uma grande realidade, carrealudo ravidamen e, para sus volta todo um complexo undustria, que receberá a matéria prima indispendive à moderna pel roquimica.

Foi ça mesma épica e com o mesmo enfusiasmo

pensave a mocerna per roquimica.

Foi ca mesma épica e com o mesmo enfusiasmo que pensaram ne criação da Aços Finos. Uma emprésa também grandicas, com participação econômica do Estade e du União, pronta para receber aínda, recursos de fontes estrangeiras. Seria, também, uma obres grandicas.

cursos de fontes estrangeiras. Seria, também, uma obra grandiosa. Hore "ecorrida quase uma década a diferença es'á em que a primeira é realidade; empres a a desejada sulo-sufiriéncia em têrmos de refino de petróleo ao Estado como também cumpre seu papel de célula mater de uma colméia de indústrias que ao reu derredor vic sendo impiantadas. Reunem-se agora em conjunto numa mesma sala da "asa do Povo Rio-grandense deputarios diretores da Emprésa o próprio Poder Executivo, por seu representante denutado Ariosto Jaseer formalistas locatas e represent nies dos cadernos econômicos dos más importantes órgãos da imprenso nacional, para ingrar a curto prazo uma meta; a inclusão da

Aços Finos Piratini no Plano de Siderurgia Nacional
— do qual foi excluida antes mesmo de entrar.
Conseguir pois, sua inclusão significará a implantació, a nu o prazo, de Empresa face aos recursos vui osos que lhe serão deferidos E represen arán expressão de um de seus direiores "a possibilidade que tem o Estado mais meridionai do Brasij le reintegra: serão processo de desenvolvimento industriai do Pais e não fica restrito à exploração primária de uma economia evidentemente sujelis aos maiores unsucessos e muitas vézes necessi ando de subvenção".
Agora, tendo-se presente a instavação do Comissão Especia da Assembidia, sente-se o desejo dos legisladores de responder à assertiva anda no ar relta em fev-reir. deste ano por diretores da Aços Finos, de que "forças ocultas" tentam entravar e obs acultam a mplantação do usina
Estará a resposta a essa questão na afirmativa do deputado Ariosto Jaeger quando da instalação do órgão: Empresas que empregam métodos superados não desejam a unsialação de outras como a Aços Finos que empregam métodos mais avançados".

Sera portanto o atual parque sideririgico capacitado a produzir aços especiais o responsável celo retardamento.

Cabe pois agora a tarefa de esclarecer-se essa questão dos recursos necessários à definitiva implantação dos recursos necessários à definitiva implantação dos recursos necessários à definitiva implantação da Aços Finos Pire ini sera dividas em "Amos de investimento regional será o nosso maior crédito José Luis P. da Costa

Dois fatos inéditos assina-laram, no Legislativo Esta-dual, a semana que se en-cerrou: a presença do desembargador Mario Boanova da Rosa, corregedor geral da Justiça, e a homenagem tribuiada ao sr. Nicanor Kra-mer da Luz, secretário da Fazenda.

Em têrmos de presença, como colaboração efetiva e di-reta a trabalho do Poder Le-gislativo, pela primeira vez um membro do Judiciário, no caso a mais alta expressão no que concerne ao trato do Po-der com seus membros, o Corregedor Geral, comparecen an.e a Comissão Especial para o problema do uso e tráfico de encorpecences, para dizer — com têda a autoridizer — com têda a au.oridade que deiem, quer como
juris.a emerito, que o levou
a integrar a mais al.a Corte,
de Justiça do Estado, quer
como professor de Direito Judiciário Penal — tudo que
lhe parecia útil fêsse dito,
cooperando decisivamente, em
matéria de legislação prastata. matéria de legislação brasileira, sobre entorpecentes, com

os trabalhos daquêle órgão Ao ser dada a palavra ao desembargador Boanova da Rosa, êste fêz questão de frizar. primeiramente, que rácesava no Legislativo pera depor, pois não era testemunha. Ai, sem dúvidas, o miz experiente, o professor mett-culoso, definindo com preci-são o motivo de sua estada e a forma cemo se processa-va. Afirmou, logo após, que tar tepresentava P der Ju-diciario, pois tal desempenho cabe ao Presidente daquela Casa; estava ali como estu-dioso do problema. Não era, naquele momento e naqueia, situação, semier o Corregedor, mas, sim, o Professor.

mes, sim, o Professor.

Não, data venia, Meretissimo, a margem da rigidez
do principio de independência dos Poderes e a natureza,
do Judiciario, naqueia andelra estava, numa cloquente
demonstração de interesse pelo bem comum, o Correse tor
Geral da Justica: o linstre Geral da Justica: o ilustre Descinaração, a dizer sua opinião; a colaborar com um dêsses importantes órgãos qu Legislativo — as Comissões Especiais — que por sua estrutura e pela amplitude dos temas que podem abrancer, vão envolvendo tudo e todos. Se enfocam o problema con servicio de comismo de Se enfocam o problema que pecuaria não podem presemdir a colaboração de uma entidade privada como é a FARSUL. Na mesma medida, ao abordar a questão dos tóxicos que em seu bojo tras

A SEMANA PARLAMENTAR

INÉDITOS OIS FATOS

pode, em dose igual, necessi-tar da ass.stência de um pro-fessor universitário de Direi-to ou, de um membro do egregio Poder Judiciário, sem que isto implique em interferência na, em nosso Estado inabalada, narmonia existen-te entre o Judiciário e o legislativo e muito menos independência, tambem s more preservada.

preservada.

Cremos que de fato, o Desembargador acautelou-se ao
dizer de como contribuia para atenuar o tão grave, quanto envolvente problema, mas não deixou de colaborar. Por certo, nossa mossa Co-missão ou em outras, sem

que esteja em 10go a possi-bilidade de interferência de poderes diversos, o interêsse geral lucrará se desemoar-gadores, juizes ou promotores, com tóda a vivência que têm na matéria que fizeram razão de suas vidas, distribuirem saber à farta, como fêz o desembargador Boanova, na Assembléia Legislativa.

E inquestionàvelmente, um tempo novo. Tudo està-se transformando e, graças a Deus, para melhor. A espécie que possa ter causado a pre-sença pioneira do Desembargador na Assembléia, falando sôbre a legislação dos tóxicos, inicialmente e, depois, oferecendo, francamente, suas convicções, há de ser lugar comum amanhà, porque esse Legislativo que se procura re-novar, com a reforma de seu funcionamento, passará a es-tar cada vez mais perto de tar cada vez mais perio de todos os do povo, para, a nor-tir dai, buscar a solução de seus problemas em lorma mais racional e científica, sem prescindir, então, a cola-boração dos demais poderes, Judiciário e Executivo.

Por fim, o Plenário do Palacio Farroupinlha assistiu a despedida do secretário da despedida do secretário da Fazenda, sr. Nicanor Kramer da Luz, num evento que, sem dúvidas, trás a marca do me-

ditismo. Um Secretário da Fazenda, como o que sai que — em suas proprias palavras — "destilava pessimismo" ao receber os encargos (azenda-rios, afasta-se do cargo com a Casa do Povo a sauda-lo, a consignar para sempre em seus anais, uma vida pública e privada exemplares, que teve a coroá-la um serviço prestado ao Estado que vaservica

prestado ao estado que va-leu tão alta consagração. Fica, pois, nosso registro, também como homenagem, talvez envolta no carinho do talvez envolta no carinno do funcionário público que passou a receber rigorosaments em dia seus vencimentos, ao dr. Nicanor Kramer da Luz, com os votos de felicidades no Tribunal de Contas do Escado.

entorpecentes

O destaque parlamentar da semana que encerrou recai inquest; onàvelmente, sôbre a iniciativa do deputaco nugo Mardini, por requerer uma Comissão Especial visando a realizar profundo es udo da pro-dução e consume dos entorpecentes.

O requerimento do pariamentar ane nista veio à luz poucos dias após haver o DIARIO DE NOTICIAS, em dição dominical publicado ampla reportagem a respeito do uso de entorpecentes e, da m s-ma forma, logo após haver a Televisão Piratini anunciado (e antec pado em vários "traillers") ser tema de seu elogiado programa, Câmera Indiscreta o triste mundo dos viciados.

O ato do deputado Mardint ainda uma vez mais ratificou a relevência da missão de jornalista e sua vinculação com a atividade parlamentar: o reporter no afã de denunciar os sombrios eventos que ocorrem com os viciados em drogas fêz sentir o deputado; êste dispondo de para promover o debate da questão em têrmos amplos, acolheu de bom grado a

sugestão.

O trabalho que se dispõe realizar o deputado requerente — que necessita antes do consentimento da Comissão de Educação e Saúde da Assembléia - é dos mais envolventes e expressará, certamente em seu final, os caminhos, ainda que mais diversos mas seguros, para serem seguidos por au oridades policiais, judiciárias e executivas.

Já o primeiro passo a ser dado é uma mostra desse desiderato: reunirá o parlamentar, amanhã, os jornalistas da crônica policial; elementos da polícia e com esses armará o arcabouço dos temas a serem

abordados.

Instalada a Comissão, o que deverá ocorrer ainda esta semana, passarão a ser ouvidos médicos jornalistas policiais, sociólogos psiquiatras e integrantes do Po-

der Judiciário. É a Comissão Especial sócie Entorpecentes o primeiro órgão técnico, à marg m das Comissões Permanentes, que se irá instalar neste ano. Dentro em breve deverão ser apresentados requerimentos pedindo a reinstelação de outras Comesções Especiais, as quais, sem sombra de dúvida, se constituem na nova bandena de trabalho do Poder Legislativo.

Aliás, desde que o complexo de normas da Rivolução com çou a despontar fêz com que a atividade dos legislativos, em sua configuração antiga, fôsse diminuindo gradativamente.

Hoje, decorridos cinco anos daquêle evento nota-se, mais do que nunca, a necossidade imperiosa de os pariamentos, cujas atribuições se vão alterando dia a dia e cujo "modus operandi" será definido em breve face a anunciada reforma do Congresso Nacional - busquem o derivativo que se faz mister, qual seja o de tornar mais técnica e menos política sua atividade, considerando como política o interminável debate de teses e formas que não levam, pelo m nos imediatamente solução ou encaminhamento sequer, das grand s nec ssidades de progresso das comunidades brasileiras.

E a atividade técnica dos legislativos há de ser, sempre mais, desenvolvida pelas Comissões, órgãos que têm condições de valur-se, constantem nte do apoiamento de especialistas pertencentes ou não aos legislativos (economistas, bachareis, sociólogos etc.) o que dificilment? ocorre em planário. A atividade nêsse recinto é extremamente pessoal. É muito dificil, em-bora ocorra, a transferência da realização de um discurso para um técnico o que torna o deputado ou parlamentar em geral, um sabe tudo, fazendo, em verdade muito menos do que faria se convenientemente assessorado.

Por'sso, em interêsse e prestigio crescem cada vez mais as Comissões Parlamontares. Cada relatório final representa a contribuição não apenas de um ou al-guns deputados, senão que de muitas pes-soas que vivem o problema abordado, que têm interêsse e mais do que isto, meios de encaminhá-los para uma solução plena-

mente adequada.

No caso que hoje abordamos: embora não sendo o deputado Hugo Mardini nom médico sociólogo u psicólogo é bacharel em Direito, contará nesse seu trabalho com uma fabulosa equipe o que resultará. ao final, em mais uma proveitosa contri-buição do Pod^r Legislativo a uma das causas da nossa sociedade.

Diretrizes para educar bem

A Assembleia Legislativa aprovou no fim-de-semana que se encerrou a possivelmente, mais importan e matéria desta Sessão Legislativa: o substitutivo ao projeto-de-lei n.º 181/65, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação

A proposição, aprovada por unanimidade em planário foi festejada na pa'avra de cinco deputados, an'o da ARENA quanto do MDB, entre os quais o Presidente — que ocuparam a tribuna no encaminha-

mento da votação.

O substitutivo ora aprovado vem sem dúvidas, como disse o ieputado Octávio Germano, um pouco tarde. "porque o Rio Grande do Sul será o último dos Estados do Pois a dispor sobre Diretrizes e Bases da Educação". E para usar inda palavras do mesmo orador, "pouco mporta que tenhamos levado quase quatro períodos legislativos para aprovar este projeto-delei. Importa é que éle resul'ou de um trabelho cuidadoso, de um escudo meticuloso no sentido de aperfeiçoá- o cada vez ma s"

O deputado Pedro Simon lider da oposição, também registrou a importância do evento, dizendo: "Lendo êste substitutivo, que votaremos dentro de poucos instantes e reportando-nos ao original enviado a esta Casa pelo sr Secretário da Educação e Cultura verificamos uma alteração de cento e oftenta graus. Vemos que todos aquêles motivos de polêmica desapareceram e, como bem disse o deputado Ariosto Jaeger. desapareceram inclusive com a con-cordância do Poder Executivo" E presseguiu o deputado Simon: 'Aqui esta o caso de um projeto importantissimo que poderia dar margem, inclusive a brilhantismos de ordem pessoal ou, mesmo, lebates em têrmos politico-particários; mas nada disso ocorreu O processo legislativo is'o sim, determinou que um projeto originàriamente falho, com inúmeras deficiências aprimorado da melhor maneira no debate amplo e aberto das autoridades do orgão especializado, no caso a reoresentação da Secretaria de Educação, das entidades de classe, dos técnicos e dos deputa os"

E, à mais, acrescente-se palavras do deputado Arios o laeger que disse: "Se fazia necessário não só para o enquadramento perfeito do sistema de ecuca ão dentro da legislação nacional, como também, para a própria ordenação do sistema de educação face à nova tinalidade no setor administrativo e no setor pedagógico em

nosso Estado".

Outro aspecto que o projeto aprovado traz em seu bojo é que representa ao fim de uma tramitação aparentemente longa, a valla do Poder Legislativo no regime democrático, que por sua natureza e características, como nenhum outro orgão pode ensejar a um trabolho como o ora realizado

Temos, desde quinta-tetra, tegislação atualizada dinâmica e altamente especia-

lizada sôbre Educação.

O que antes era nepuloso, informe, agora ganha luz e cor ressaltando assim, todos os seus detalhes como, por exem-plo, o artigo 1º que define: "A educação, educação. inspirada nos principios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana do cidada do Estado, da família e dos remais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem: c) o desenvolvimento integra da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum; d) o for mento da unidade nacional e da solidariodade internacional; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para e dominio dos recursos científicos e tecnológicos que lher permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meios f) a preservação e expansão do patrimônio cultural; a condenação a qualquer tratamento desiggual por motivos de convicção relig'osa, bem como qualquer preconcetto de classe ou de raça.

O que a mais se contém no substitutivo segue essa abertura, inegavelmente,

das mais beias e importantes.

Por isso, o que se diz no artigo primeiro não pode ficar arquivado nos compandios de legislação estadual, para manuselo de poucos.

Pode, muito bem, merecer uma publicasão especial da Assembiela Legislativa que la antes editou uma sobre a Enciclica "Populorum Progressio" e outra sobre a Corta dos Direitos do Homem

Pera que se consiga, numa meia dúzia de anos solução para problemas sociais (preconceito racial e de côr), político (aspectos condenados da política de nossos días) ou econômicos (a vitória final ao desafio desenvolvimentista) faz-se mister que, em paralelo às providências concretas que o complexo legal ora aprovado eráge, se semeie, à mão carta entre os professõres de hoje e os le amanhã, os ditames do substitutivo, notadamento a parte genérica do artigo primeiro e a específica do segundo: "a aducação é direito de todos..." — para que êles formem a consciência dos jovens dentro dêsses positivos ditames.

SEMINÁRIO PARA PREFEITOS

A semana que se encerrou teve a mar-cá-la a realização, primeiramente pela ARENA e, logo após, pelo MDB, de seminários sôbre assuntos municipais,

A fim de prestigiar essas promoções deslocaram-se dos mais longínquos municípios do Estado os prefeitos e vereadores eleitos pelos dois partidos, com o propósito de adquirir, num estudo de ordem prática, novos conhecimentos sôbre a técnica de administração municipal.

Como é natural, inúmeros são os prefeitos e veradores que pela primeira vâr

Como é natural, inúmeros são os prefeitos e vereadores que, pela primeira vêz, foram indicados para a tarefa de administrar uma comuna. O escolhido, geralmente um líder do município (o médico, o advogado, o dentista ou, mesmo, o influente criador) não está preparado para a missão proposta. Após a escolha tudo se desenvolve num turbilhão, de jeito que entre a convenção e a posse não sobra tempo para nada: muito menos procurar livros raros nada; muito menos procurar livros raros onde estejam normas de administração municipal.

O prefeito empossado, então, passa a improvisar ou a caminhar sóbre os erros de seu antecessor, tanto mais se é da mesma organização política. Se é opositor sente uma vocação para mudar tudo, mesmo as boas coisas que foram feitas.

Assistimos a quase tôdas as reuniões dos seminários. Vimos quão importante foi

o empreendimento.

Sugestões de uma valia incomensurável Sugestoes de uma valia incomensuravei foram dadas aos quase prefeitos e vereadores, e, aqui um dado importante, via de regra isentas de qualquer partidarismo, voltadas, sim, para a consecução de objetivos de ordem prática, tendentes ao desenvolvimento das comunas rio-grandenses.

Some-se a isto o contato intimo que os prefeitos e vereadores tiveram, ao longo dos trabalhos, com deputados das mais diferentes regiões do Estado, colhendo dêsses experiências as mais diversas. Tanto mais que os deputados, com raras excessões, foram, um dia, prefeitos.

Um dos fatôres que tem contribuido para o valor de muitos propunciamentos.

om dos lateres que tem contributdo para o valor de muitos pronunciamentos de deputados e, mesmo, iniciativas legislativas dêsses, é a assessoria que dispõem no Legislativo, de um tempo a esta data. Mesmo não funcionando, ainda, o Gabinete de Assessoramento Superior, já contam as bancadas com alguns economistas e advogados, que dedicados exclusivamente à pesquisa do que lhes propõem os parlamenta-res, oferecem excelentes estudos.

Pois os prefeitos e vereadores que aqui estiveram contaram, além da larga experiência dos parlamentares com a colaboração dêsse corpo de funcionários, nas te-ses e trabalhos dos seminários. Em contato com alguns prefeitos que

participaram das promoções, sentimos que os mesmos mostravam-se maravilhados com o trabalho desenvolvido. Não escondiam seu júbilo em ter encontrado, nos debates e nas conferências, solução para angústias que já se formavam, antes mesmo da posse, eis que não viam solução para problemas que teriam de enfrentar. Porém, face ao amplo debate sentiram, como que por milagre, questões "insolúveis" de amanhã, serem resolvidas,

São esses trabalhos, como as comissões especiais, os novos rumos de um Poder que, embora sofrendo um grande processo de transformação, busca novos rumos para seu trabalho, afirmando-se, sempre mais, como absolutamente válido e necessário no regime democrático

De parabéns, pois, as bancadas da ARENA e do MDB, por seus líderes, depu-tados Getúlio Marcantonio e Pedro Simon,

pela brilhante iniciativa.

Ainda esta semana, como foi na ante-rior, o caso Marcio Moreira Alves será o tema mais importante para os jornais brasileiros.

Que importância foi dada a um episódio que, como bem dizia o editorial de terça-feira do DIARIO DE NOTICIAS, morreria entre as quatro paredes da Câmara e seria sepultado nos anais daquela Casa?

Ainda o mesmo editorial, cujo título era "Quem aproveitara", faz essa indagação de todo procedente, sem afirmar, contudo

Parece que, de fato, quem aproveitará será o deputado Márcio que, de ilustre desconhecido, projetou-se como figura na-

cional — o que é mau.

Se não for concedida a licença, aproveitará o Congresso Nacional que, pela soberania e altivez de seus membros, vera o

perania e altivez de seus membros, vera o mandamento constitucional e universal da imunidade, de todo prestigiado.

Não aproveitara o Govêrno que viu formar-se, segundo noticiam amplamente os jornais, um principio de incidente entre os presidentes, da República e da ARENA; assim como não aproveitara a ARENA que, tenco maioria parlamentar, poderá sofrer uma derrota. uma derrota.

José Luiz P. da Costa

Em 8/12/28

Prestigiando os técnicos

Deu entrada no Legislativo projetode-lei de autoria do Poder Executivo que dipõe sôbre os vencimentos do pessoal detentor de diploma universitário, considerado como técnico-científico, expressamente, pelo projeto.

De todo meritória a iniciativa do Govêrno que com isso, sente ser uma fórmula para reter técnicos em seus quadros, enfrentando com as armas de que dispõe, a concorrência da iniciativa privada.

Os vencimentos que se vê como oferta maior para um técnico-científico (1.295 00) sabe-se perfeitamente não pode concorrer com os ordenados das grandes indústrias daqui ou dos Estados do Centro Veja-se a página de oferta de empregos nos jornais daqui, de São Paulo ou Guanabara.

Inobstante, sabe-se que o funcionário público — embora muitos não compreendam — é, via de regra um apóstolo. É, também, muitas vêzes um escravo da "estabilidate" que o chumba, irremediàvelmente, a um vencimento irrisório na certeza de que, embora ganhando pouco, está garantido para tôda vida.

Seu designio apostolar, entretanto, é mais expressivo.

Não raros são os exemplos — e os vemos com emoção — de func onários públicos que fazem da repartição onde trabalham seu lar. Ultrapassam comumente em atividade a época da aposentadoria. As professôras primárias, então, tornam êsse rol quase infindável, ao confundirem suas economias comésticas, sempre tão parcas, com a de seus alunos no financiamento do imprescindível material escolar.

Assim, em se considerando apenas em têrmos financeiros a oferta do Executivo constante das tabelas para os diversos regimes de trabalho — em especial o de dedicação in egral — não é nada ten adora. Um jovem formado em engenharia mecânica, que se dispuser a rabalhar numa fábrica de automóveis em São Paulo ganhará além de casa e condução (automóvel próprio) ordenado superior a NCr\$ 2,000,00.

Mas o problema não pode ser posto, apenas em têrmos financeiros. Tanto é assim que as repartições do Estado contam com muitos especialistas, de nomeada, que trabalham por muito menos do

que o agora fixado. Consequentemente, será um estímulo para esses a majoração salarial que, em boa hora, lhes oferece o Executivo.

Por outro lado na leitura da mensagem chama a atenção o fato de class-s funcionais integradas por titulares em cursos de nível superior não constarem.

É o caso, por exemplo, dos egressos das faculdades de Sociologia e Jornalismo.

Falar sôbre a benemerência dessas e outras carreiras será perda de tempo. O fato é que seus titulares as escolheram por vocação e, como os demais enfrentaram tôdas as agruras que marcam a conclusão de um curso universitário.

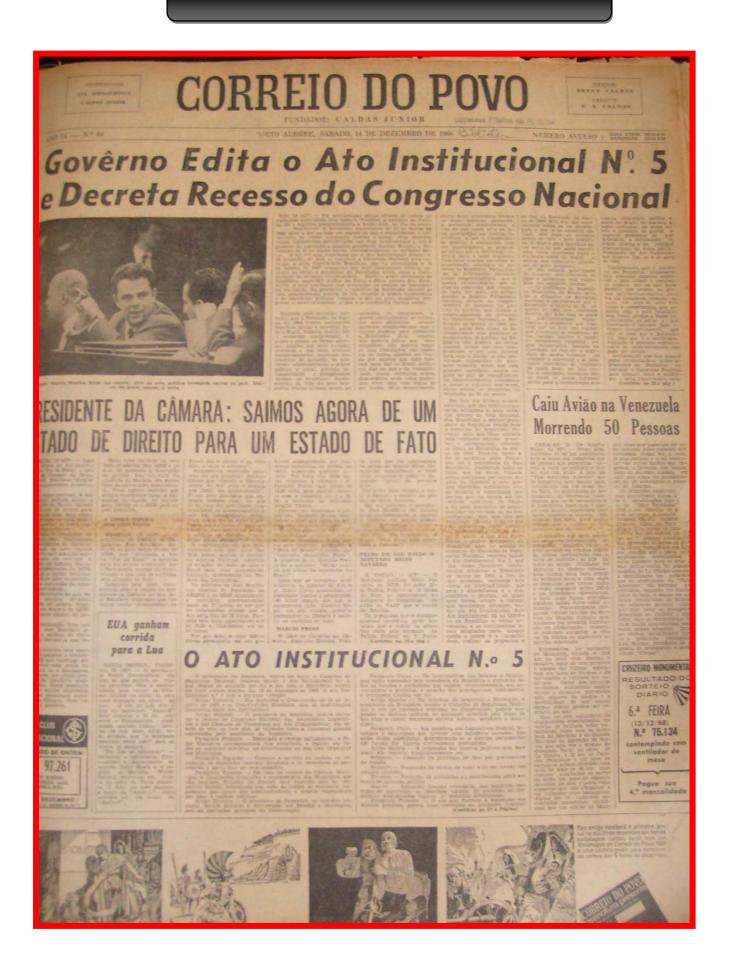
Ainda vê-se no projeto que, embora enumerados na Lei 4914, não estão na mensagem as classes funcionais dos psicólogos enfermeiros especializados assis tentes sociais agrimensores cartógrafos geógrafos bibliotecários e estatísticos bem como técnicos em administração e assessores administrativos. Esses dois últimos, até quanto sabemos, realmente não são de titulados em curso superior específico.

A margem estão, pois os detentores de curso superior que já no diploma anterior não eram considerados como técnicos-científicos e os que eram e agoda ficaram fora. Quanto a êsses pode ser apenas um lapso na confecção da mensagem. Aos demais, parece, é a consagração de um critério que não tem respaldo, sequer, na classificação da Lei 4.914, quando ciz que para o nivel superior é exigido "trapalho altamente qualificado. Exigência de formação de nivel superior..." e, diz também que, no nível principal — imediatamente abaixo do superior — ficam as funções administrativas de grande responsabilidade e há uma "exigência de nível secunario completo..." Esses desde o advento daquêle diploma legal, já deveriam estar no nível superior.

É, enfim, um projeto que tem o espírito dos mais nobres, uma vez que está voltado para o prestigiamento dos técnicos de um Estado que está a carecer, na expressão frequente de seus dirigentes de técnicos especializatos — mas que deve matecer, na sua tramitação pelo Legislativo, um acurado estudo visando a atingir, realmente, seus elevados propósitos.

JOSE LUIZ P. DA COSTA

O ATO INSTITUCIONAL NÚMERO CINCO



O advento do Ato Institucional número cinco foi algo tão violento que, decididamente, os jornais locais tomaram um expressivo susto, e prudência passou a ser o tom adotado. Na Assembléia gaúcha havia um misto de pessimismo e otimismo quanto à sua colocação em recesso, como acontecera com o Congresso Nacional e com algumas Assembléias no país. Pessimismo por que quando das primeiras decisões autocráticas, vários foram os deputados gaúchos que perderam seu mandato. A mais, no Rio Grande do Sul o MDB, partido que daria origem ao PMDB, contava com maioria na Assembléia, algo que não era palatável aos militares. E otimismo, que logo adiante mostraria que essa dualidade era correta: O presidente-militar da época, marechal Costa e Silva, era gaúcho e primo do presidente da Assembléia gaúcha, o deputado Waldir Lopes. Este chegou a viajar algumas vezes ao Rio de Janeiro para se encontrar com seu primo, buscando aliviar o peso da mão monocrática. Parece que conseguiu em parte: A Assembléia gaúcha não foi posta em recesso. Mas a maioria do MDB tornou-se minoria em favor da ARENA, com a cassação de uma mão cheia, e mais um pouco, de deputados oposicionistas.

Nesse novo mundo de prudência, entre dezembro de 1968 e março de 1969, quando reabriu a Assembléia, *seu* Olintho, o diretor de redação do *Diário de Notícias*, me mandou escrever sobre polícia, numa breve e única incursão nesse setor ao longo dos anos de exercício profissional. Deu-me espaço, também, para matérias que eu costumava abordar, como essa:



A primeira página do Correio do Povo, de 15 de dezembro, registrando manifestações da caserna, traz na manchete um condicional sob medida para tornar a vida dos políticos de oposição infernal.



As inquietações na Assembléia, que eu continuava a freqüentar, afinal era dali funcionário, manifestavam-se sobremodo nas colunas de meu colega, Jayme Keunecke, que nos anos 1960 embarcou na popularidade das iniciais do presidente de Brasília, Juscelino Kubitschek, passando a assinar sua coluna como *Jotaká*. Boa parte do que o *Jota* escreveu nesse período se constituiu numa guerra de nervos para os deputados vivendo então sob uma Espada de Dâmocles. A propósito, fui visitar delegacias para as notícias policiais e o Jotaká enveredou pelo Interior do Estado, em busca de matérias oneradas. De sua coluna:



Então aconteceu. Ao contrário da primeira leva de cassações, no alvorecer do golpe, quando suplentes substituíram aos cassados – aprimorando seus métodos, desta vez o poder militar diminuiu a representação da oposição, tornando-a de majoritária em minoritária. Com isto, na eleição para a Mesa diretora, a ARENA compôs o órgão, tendo como presidente o deputado Octávio Germano. A primeira página do Diário de Notícias informa:



MDB critica e deixa o plenário sem ouvir a resposta

COLABORAÇÃO

O deputado Julio Brunelli foi o primeiro crador para tratar de problemas gerais do Rio Grande do Sul e dizer que voltava aos crabalhos legistativos com a vontade ferrea de colaburar com o governo, dando tudo de si para o aprimoramento do regime. Depois de proclamar a correção com que têm condunido os representantes do povo gatcho, in ariavelmente, voltados com homestidade para os interésses do povo e para o aprimoramento da demicració, o sr. Julio Brundil nomenageou os novos componentes da Mesa do Legistativo, conclamando os parlamentares a unirem-se ao Executivo, no trato dos assumbos ligados ao tosos desenvolvimento. Ao concluir o orador disse sir impresentalivel a união de esforços para a preservação e aprimoramento das instituições democráticas.

POSIÇÃO DA BANCADA DO MDB

Na qualidade de lider da bancada do Mu-imento De-mocrático Brassletro, o deputado Simon tvou ao conhecimento da Casa a decisão do Partido, os sentido de mão concorrer a sucessão da Mesa do Legislauvo, bem o não comparcer a secue especial de reabettura da Assembleia. Leu da cribuna nota oficial expedida pelo Gabinete Executivo Regional do Partido, daudo ciência a seus correligionar os dos motivos que inspira am seus dirigiantes a tomarem tal de-liberação e que se resumem liberação e que se resumem nos recentes atos da Presidência da República que cas-saram os mandatos de vários saram os mandatos de vários pariamentares de sua agremiação. A nota oficial de 11 items e está assinada pelo Presidente Regional do MDE, tendo sido arroyada pela bancada oposioconista reunida ontem de manhã. O sr. Pedro Simon comentou sinda alguns tópicos do documento, anunciando que a Bancada e a Executiva partidáris estão estudando, detidamente, a situação para tomar uma detiberação coerente com a orientação polí-

tica da agrimiação, que é de imponformidade, com determinados atas cranados do Governo Revolucionária O st., Pedro Simon hase que a possibilidade de influence de su possibilidade de influence de povo e determinas experiencia por expandia por estado por en poder as Neste caso — acentuou — no revanchemo o u mesmo a vindita; nós voltariamos intos inturesses nacionais, pois por unidita; nós voltariamos intos inturesses nacionais, pois teja nosso coração diaste da figura de nossos companheiros que tombaram, assim mes describa de se su posses de companheiros que tombaram, assim mes describa de la companheiro de la companheiro de possibilidade, de respeltabilidade que se impose ao consenso de gente gaúcha e brailleura, e, graças a Deus, ela mentra con de la membra de la porte de la posição de la posição convenção de gente gaúcha el maio de la mar punhado de homens de valor como os gaúchos nós, os políticos da posição convenção de hoje Talves tenhamos entrado, mas em qualquer das duas hipóteses procuramos sjudiar nosas Estado", — acreacentou o deputado Pedro Simon. E, ao concluir, comunicou a raalização do Convenção do MDB para acedir a sorte da agremação des convenção do MDB para acedir a sorte da agremação de atender a me chamado da Excutiva seculão do partido.

POSIÇÃO DA

O deputado Alfredo Hofmeister, por desgação do lider da ARENA 57. Geutilo
Marcantônio, foi à tribuna
para apresentar a posição de
sua bancada em relação ao
pronunciamento do luter do
MDB, deputado Pedro Simon.
Disse que a oposição tem o
direito e o dever de examinar
a conjuntura que estamos vivendo e de toma a driberação que julgar meihor para sua agremiação, o ar. Alfredo Hofmeister disse ser do
conhecimento de todos que
uniquém mais do que o Presidente Costa e Silva, lutou
pela continuidade de um clima democrático que a Ravonosto país y o coasião dos
comemorações do segundo aniversário de sua administração, quando anvilsou a pocessidade das transformações vesidade das transformações veção, quando an alisou a neces-sidade das transformações vesidade das transformações ve-rificadas na vida nacional, tódas elas feitas em nime do bem comum do povo brasi-leiro. Todos os tens do dis-curso presidencial foram e-xaminados pelo sr. Alfredo

Hofmeister, que se congratujou com as me-lidas práticas
que vém sendo adradas pola
União, a fim de recologar o
pais no caminho do desenvolvimento. Entradde sor
sentido paurio de desenvolvimento Entradde
se de la pola de la companio de se
impõe o atual governo assegurarda en povo brasileiro
andar ao povo brasileiro
andar ao povo brasileiro
possibilidades de atuação,
mesmo que tentam de o-correr restrições. Ao concluir, o
sr. Alfredo Hofmeister comunicou que a bancada da
ARERA na Assembleia Legislativa, estará sempre a poeta
povo as grandes readança do
povo as grandes readança do
do governo oras pontar ao
povo as grandes readança
con concentrado de contambe de la companio de la concompanio de la companio de la compa

DIRETOR GERAL

No fim da tarde de ontem o presidente, Octado Germano deu posse ao nôvo diretor geral da Assembléia Legislativa, sr. Walter Germano Doege. O ato realizou-se no gabinete de Prasidência tendo dele participado os integrantes da Mesa, deputados e funcionários. O ar. Walter Doege, antigo servidor da Assembléia, tem-se destacado na atividade funcional, e que lhe valeu inclusive, no ano passado, a Comenda do BANCADA DA ARENA Serviço Público outorgada pelo Governador do Estado Foi o único servidor do Legislativo a mercoer a honraria. O novo diretor geral, que por si mesmo ja e uma renovação, eis que, embora antigo servidor nunca exercera antes essa função, deverá proceder a profundas alterações nos cargos de direção e chefia no Legislativo, revigorando com gente nova a máquina administrativa da Assembléta Legislativa.

Ontem, na Câmara É A 6.º LEGISLATURA QUE INSTALA SEUS TRABALHOS

Foram instalados entem es trabalhes da Primeira Reunião Legislativa da VI Legislatura Municipal. Presidiu os trabalhos e ar. Aloisio Filio attiando como secretarios es ara. Cison Guatimozin e Aluzio Paraguasau. Na tarde de hoje estaño reunidas as diversas comissões permanentes da Casa, oportunidade em que serão cleitos es novos presidentes e vices, bem como os seus demais integracios. Na reunião de entem o «Cesar Masquila compou-se dos seguintes projetos-de-lei em paula para discussão preliminar; autorizando o recolmento, em doação, de Schilling, Kusa & Cia. Lida, de um terreno para construção de um prédio escolar dispondo sobre os vencimentos dos secretários municipais e directores gerais de autarquias e dando denominação de Rubem Berta à atual Avenida dos Estanos.

Jotaká informa

O deputado Pedro Simon proferiu ontem um discurso moderado por c-casião da reabertura dos trabalhos do Legislativo Estadual. Neste pronunciamento, depois de ler uma nota oficial da Executiva de MDB. o lider afirmou que "o seu partido tem procurado co-operar para o aprimoramento do regime democrático, mas que tem sido obstaculisado". Deixou bem claro que uma ampla análise seria feita para ver das posições futuras da bancada e do partido.



DESTAQUES

No seu discurso o deputado Pedro Simon, depois de lamentar as cassações de seus companheiros, afirmou que o seu partido não guarda ódios e não deseja revanches.

Disse que o único desejo dos seus companheiros é prestigiar a democracia e um exemplo é que recentemente o partido participou das eleições municipais.

Logo depois do seu discurso, solicitou licença ao Presidente Octávio Gormano, tendo em vista uma reunião da Executiva do seu partido.

O MDB vai reunir todos os seus lideres para fixar uma posição. A tese da auto-dissolução do partido voltou a ser ventilada.

Entretanto, tal tese, é muito controvertida e somente uma posição poderia ser tomada depois de um amplo exame e consultas gerais, inclusive à direção nacional. plenária, quando será escolhido o nôvo líder.

Podemos antecipar que o novo líder será o deputado Alfredo Hoffmaister.

Com relação às Comissões Técnicas, a escolha dos seus presidentes somente se dará na próxima semana.

Tudo indica que o MDB não aceitará nenhuma presidência de Comissão Técnica.

O atual lider da ARENA, deputado Getúlio Marcantônio, poderá vir a ser o presidente da Comissão de Constituição e Justiça,

Por sua vez, o presidente Octávio Germano estava ontem escolhendo seus futuros auxiliares.

O nôvo Diretor Geral é o sr. Walter Doge, antigo servidor do Legislativo Estadual, com muito conceito, e inclusive sendo o único funcionário do Palácio Farroupilha condecorado por bons

